

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DO COMÉRCIO EXTERNO DA INDÚSTRIA TÊXTIL-
CONFECÇÕES DE SANTA CATARINA: 1996-2005**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Orlando Andrighi

Orientador: Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cario

Área de pesquisa: Economia Industrial

Palavras - chaves: 1) Indústria têxtil-confecções
2) Exportações e importações

Florianópolis, fevereiro de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Orlando Andrichi na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof.
Presidente

Prof.
Membro

Prof.
Membro

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por me conceder a oportunidade de completar o curso, ele sempre esteve comigo nas horas difíceis.

Aos meus pais que mesmo distantes sempre me deram muita força para não desistir, obrigado pai, obrigado mãe, por tudo o que vocês fazem por mim.

Agradeço muito a minha esposa Vanise, que sempre esteve ao meu lado, e nunca me deixou desistir, agradeço também a minha irmã Lorena e ao meu amigo Daniel, que desde o início da faculdade me apoiaram muito.

Ao meu orientador Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cario, a quem tenho muita admiração, quero lhe agradecer pela paciência que teve ao conduzir nossos trabalhos.

A todos os colegas que desde o início me apoiaram, fiz muitos amigos, e fico muito feliz em saber que tem muitas pessoas como vocês!

A todos vocês, muito obrigado!

SUMÁRIO

- LISTA DE FIGURAS.....	7
- LISTA DE TABELAS.....	8
- RESUMO.....	6

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1. GERAL.....	12
1.2.2 . ESPECÍFICOS.....	12
1.3 METODOLOGIA.....	14

CAPÍTULO II

2. ASPECTOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS SOBRE GLOBALIZAÇÃO E COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	14
2.1 INTRODUÇÃO.....	14
2.2 GLOBALIZAÇÃO.....	15
2.3 TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	19
2.3.1 A TEORIA DA VANTAGEM ABSOLUTA.....	19
2.3.2 TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS.....	20
2.3.3 TEORIA DA DEMANDA RECÍPROCA.....	21
2.3.4 O MODELO DOS FATORES ESPECÍFICOS.....	21
2.3.5 O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN.....	22
2.3.6 MODELO GERAL DO COMÉRCIO.....	23
2.4 TEORIA DA POLÍTICA COMERCIAL.....	24
2.4.1 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL.....	25
2.5 BLOCOS ECONÔMICOS.....	29
2.5.1 MERCOSUL.....	29
2.5.2 NAFTA.....	31
2.5.3 UNIÃO EUROPÉIA.....	32
2.5.4 CONSELHO ECONÔMICO DA ÁSIA PACÍFICO – APEC.....	34
2.6 SÍNTESE.....	34

CAPÍTULO III

3. SETOR TÊXTIL-CONFECÇÕES; DIMENSÃO DA PRODUÇÃO, MERCADO MUNDIAL E BRASIL.....	36
3.1 INTRODUÇÃO.....	36
3.2 ASPECTOS DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA E PADRÃO DE CONCORRÊNCIA.....	36
3.3 OS ACORDOS COMERCIAIS E AS BARREIRAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	40
3.4 PANORAMA DA PRODUÇÃO E - COMÉRCIO TÊXTIL-CONFECÇÕES MUNDIAL.....	46
3.5 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA TÊXTIL-CONFECÇÕES.....	52
3.5.1 A PRODUÇÃO DO SETOR TÊXTIL-CONFECÇÕES, EVOLUÇÃO E INVESTIMENTOS.....	52
3.5.2 COMÉRCIO EXTERIOR.....	58
3.6 SÍNTESE CONCLUSIVA.....	62

CAPÍTULO IV

4. EXPORTAÇÕES CATARINENSES.....	63
4.1 INTRODUÇÃO.....	63
4.2 A INSERÇÃO DA INDÚSTRIA CATARINENSE NO MERCADO EXTERNO: SÍNTESE.....	63
4.3 COMÉRCIO EXTERIOR TÊXTIL-CONFECÇÕES DE SANTA CATARINA.....	70
4.3.1 INDICADORES E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÕES EM SC.....	70
4.4 IMPORTAÇÃO TÊXTIL-CONFECÇÕES CATARINENSE.....	78
4.5 SÍNTESE.....	85
5. CONCLUSÃO.....	86
6. REFERÊNCIAS.....	89

RESUMO

CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÕES DE SANTA CATARINA: 1996-2005.

O estado de Santa Catarina se posiciona como o 6º. maior exportador do país. Contribui de forma efetiva para tal destaque no setor têxtil-vestuário, como expressam as participações do segmento têxtil e segmento vestuários, calçados e artefatos, 0,79% e 6,92%, respectivamente, em 2004, na pauta das exportações catarinenses. Dados referentes a 2005 apontam a obtenção de divisas externas da ordem de US\$ 350 milhões, sendo que 35% deste valor são procedentes de vendas para os Estados Unidos, e 24% à Argentina. Os produtos designados de artefatos têxteis confeccionados, vestuário e seus acessórios de malha, vestuário e seus acessórios exceto malha são os três principais produtos exportados. As importações catarinenses, em 2005, somam cerca de US\$ 138 milhões, sendo o algodão de 1996 a 2000 e os filamentos sintéticos ou artificiais de 2000 a 2005 os produtos mais expressivos comprados no exterior. No curso desses anos, Argentina, EUA e Paraguai perdem espaços no mercado catarinense para a China, Taiwan e Índia. À luz dos dados do período de 1996-2005, conclue-se que as exportações têxtil-confecções catarinenses não sofrem grandes transformações, mantendo-se praticamente estáveis, enquanto as importações reduzem-se ao longo do tempo, gerando relevante contribuição para a formação do saldo positivo na balança comercial brasileira nos anos 2000.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Consumo mundial de fibras têxteis, 1960, 1970, 1980, 1990, 1996 -2003.....	46
Gráfico 2 – Evolução dos saldos da balança comercial brasileira no setor têxtil-confecções, 1990, 1995, 2000-2004.....	61
Gráfico 3 – Exportações catarinenses segundo o grau de processamento e participação no total das vendas externas brasileiras – 1991 – 2004.....	64
Gráfico 4 – Distribuição das vendas da indústria catarinense, por mercados de destino – 1995 a 2004.....	68
Gráfico 5 – Distribuição das compras da indústria catarinense, por mercados de origem- 1995 a 2004.....	69
Gráfico 6 – Principais países de destino das exportações de produtos catarinenses do setor têxtil-confecções, 1996-2005.....	73
Gráfico 7 – Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções para blocos econômicos – 1996-2005.....	75
Gráfico 8 – Preço médio dos 3 principais produtos exportados por Santa Catarina no setor têxtil-confecções – 1996, 2005.....	77
Gráfico 9 – Principais países de origem das importações catarinenses de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005.....	81
Gráfico 10 – Preço médio dos três principais produtos importados por Santa Catarina no setor têxtil-confecções – 1996-2005.....	83
Gráfico 11 – Evolução da importação e exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tarifas médias de países selecionados, ponderadas pelas importações.....	41
Tabela 2- Tarifas de importação e importações de artigos do vestuário para a União Européia e os Estados Unidos, 1990,2000 (Percentuais).....	43
Tabela 3- Tarifas de imposto de importação da cadeia têxtil-confecções no Brasil -2001 (percentuais).....	44
Tabela 4- Alíquota média dos principais produtos brasileiros da cadeia têxtil-confecções exportados e importados para os Estados Unidos e União Européia, em 2001 (percentuais).....	45
Tabela 5- Países produtores de têxteis-confecções – 2003 (toneladas/milhares).....	47
Tabela 6- Principais países exportadores de têxteis-confecções–2003(US\$/milhões).....	49
Tabela 7- Principais países importadores de têxteis-confecções -2003 (US\$/milhões).....	51
Tabela 8- Número de empresas do setor têxtil-confecções por segmento no Brasil - 1990, 1995, 2000 – 2004	53
Tabela 9 - Produção brasileira de têxteis-confecções por segmento em valores -1990, 1995, 2000-2004 (US\$/milhões).....	54
Tabela 10- Produção brasileira têxtil-confecções por segmento em volume – 1990, 1995, 2000-2004 (toneladas/milhares).....	54
Tabela 11- Evolução da participação percentual das regiões na produção de têxteis-confecções no Brasil – 1990,2004 (percentuais).....	55
Tabela 12- Número de empregados da cadeia têxtil-confecções por segmento no Brasil 1990,1995, 2000 -2004 (milhares).....	56
Tabela 13- Investimentos em máquinas do setor têxtil-confecções no Brasil– 1990, 1995 e 2000-2004.....	57
Tabela 14- Desembolso anual sistema BNDES para o segmento têxtil-confecções no Brasil– 1995-2005 (US\$/milhões).....	57
Tabela 15- Preços médios no segmento têxtil-confecções no Brasil – 1990, 1995, 2000-2004 (US\$/kg).....	58
Tabela 16- Importações brasileiras por segmentos têxtil-vestuário no Brasil – 1990, 1995, 2000-2004 (US\$/milhares).....	59

Tabela 17- Exportações brasileiras no setor têxtil-confecções no Brasil – 1990,1995, 2000-2004 (em mil US\$).....	61
Tabela 18- Saldo da balança comercial brasileira no setor têxtil confecções – 1990, 1995, 2000 -2004 (US\$/milhares).....	62
Tabela 19- Exportações catarinenses e brasileiras de 1994 – 2004 US\$.....	64
Tabela 20- Composição das exportações catarinenses, por segmentos, 1989,1996 e 2004 US\$FOB / %.....	66
Tabela 21- Total das exportações de Santa Catarina para os principais blocos econômicos e países – 1989,1996 e 2004.....	67
Tabela 22- Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções, 1996-2005 US\$/milhões.....	71
Tabela.23- Principais países de destino das exportações catarinenses de produtos têxtil-confeccionados -1996, 2005.....	72
Tabela 24- Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções para blocos econômicos – 1996-2005.....	74
Tabela 25- Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções – 1996, 2005 toneladas/milhares.....	76
Tabela 26- Preço médio dos 3 principais produtos exportados por Santa Catarina no setor têxtil-confecções – 1996,2005.....	77
Tabela 27- Importação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005 US\$/milhões.....	79
Tabela 28- Principais países de origem das importações catarinenses de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005.....	80
Tabela 29- Importação catarinense de produtos do setor têxtil-vestuário – 1996, 2005.....	81
Tabela 30- Preço médio dos 3 principais produtos importados por Santa Catarina no setor têxtil-confecções – 1996-2005.....	82
Tabela 31- Importação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções de blocos econômicos – 1996-2005	83

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A indústria têxtil mundial está sofrendo mudanças profundas nos aspectos estruturais, aumentando, dessa forma, a concorrência no setor. Países como os EUA e da União Européia investem em novas tecnologias, modificando a planta produtiva e tornando as empresas mais intensivas em capital e menos intensivas em mão-de-obra, seguindo uma tendência que se verifica na maioria dos setores industriais no planeta. Por outro lado, um estudo feito pelo BNDES (2000) aponta que o aumento do poder competitivo dos países asiáticos forçou os norte-americanos e europeus a mudanças comportamentais, levando a um novo padrão de concorrência.

Esta nova composição no setor traz consigo novas estratégias para a inserção destes produtos no mercado mundial. A produção em lotes menores e o aumento da prioridade no *design* e na moda como fatores de competitividade. A integração de empresas que atuam em fases distintas no processo produtivo têxtil é outro fator relevante no novo padrão de concorrência. Os países asiáticos compõem o segundo grupo dos maiores exportadores de têxteis do mercado mundial (apesar de estes se diferenciarem um pouco do mercado em que os EUA e a Europa atuam), são grandes exportadores de *commodities* e produtos intensivos em mão-de-obra. Tais países possuem uma cadeia têxtil integrada, realizam grandes investimentos no setor e oferecem incentivos financeiros à comercialização.

A partir da abertura comercial em 1990, o Brasil aprecia uma mudança gradativa na composição dos segmentos da indústria têxtil-confecções, o segmento têxtil é composto no referido ano por 7.244 empresas, este número reduz-se para 3.847 empresas em 2004. No segmento de confeccionados, ocorre um movimento inverso, ou seja, em 1990 o país possui 15.368 empresas, que passam a ser 19.042 em 2004, um crescimento expressivo.

O Brasil, em 2004, produz 3.314 mil toneladas de produtos têxtil-confecção, sendo o segmento têxtil responsável por 1.574 mil toneladas e o de confecção por 1.739, e em tecidos de malha é o segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos EUA. O faturamento total da indústria têxtil-confecção brasileira em 2004 apresenta a cifra de US\$ 39,2 bilhões de dólares, enfatizando que deste montante o segmento têxtil concentra o valor de US\$ 15,8 bilhões e o de confecções, US\$ 23,3 bilhões.

Em meados dos anos 90, ocorre um aumento na participação de produtos de setores mais dinâmicos na pauta de exportações da economia de Santa Catarina, representando de 30% a 65 % do total exportado pelo Estado. O desempenho de setores como o têxtil, que em 1989 simboliza 2% do total exportado, em 1996, não passa de 1,16%, e em 2004 representa 0,79% das exportações totais do Estado. O segmento vestuarista e calçadista detinha 20% das exportações catarinenses em 1989, este percentual em 2004, não ultrapassa os 7%.

Em Santa Catarina, o pólo de vestuário e têxtil se concentra em Blumenau, Brusque, Criciúma, Florianópolis, Jaraguá do Sul e Joinville. Nas regiões de Joinville e Brusque, a produção de tecidos planos se destaca, enquanto as regiões de Jaraguá do Sul e Blumenau concentram-se na produção de malhas. Por sua vez, Lins (2000) enfatiza que o complexo têxtil catarinense é composto principalmente por empresas de diferentes tamanhos, sendo que predominam as que empregam até 10 funcionários, porém as que mais empregam são as empresas de grande porte, dentre as quais, Karsten, Renaux, Sulfabril e Hering.

As exportações catarinenses, em 2005, somam US\$ 350 milhões, quase US\$ 50 milhões abaixo do valor exportado em 1996, sendo que os artefatos têxteis confeccionados apresentam quedas constantes no valor exportado desde 1996 até 2005. As importações catarinenses exibem taxa média de crescimento de -14,25 %, sendo destaque a queda sobretudo de algodão para o Estado.

No que diz respeito à abertura comercial no início dos anos 90, sucessivas tentativas de controle da inflação, implantação do Plano Real e um novo padrão de concorrência no mercado têxtil mundial este setor enfrentou grandes dificuldades e barreiras tanto no mercado interno quanto no mercado internacional. Em função da importância deste setor no cenário nacional e catarinense, o presente estudo busca identificar as características, o padrão e a estrutura do comércio exportador no segmento têxtil-vestuário em um período em que o cenário nacional vive uma fase diferente com um relativo controle da inflação, várias turbulências na política cambial, alto custo para investir, e a concorrência externa invadindo o mercado nacional.

Em paralelo, as empresas do setor têxtil-confecções de Santa Catarina destinam parte de sua produção para o mercado externo cujo resultado compõe o quadro da rentabilidade empresarial. A produção destinada à exportação está sujeita às características

do mercado internacional e da política econômica interna do Brasil. Os dados mostrados sobre o setor externo deste Estado indicam a necessidade de estudo para avaliar a tendência tanto de exportação como de importação, bem como as razões explicativas do desempenho econômico demonstrado por estas variáveis. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo avaliar o comércio externo da cadeia têxtil-confecções de Santa Catarina, no intuito de contribuir para elucidar tais preocupações. Logo, procura responder a seguinte questão de pesquisa:

Quais são as características do comércio exportador de têxteis e confecções catarinense no período 1996 - 2005?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as características do comércio exportador têxtil-confecções de Santa Catarina, no período 1996 – 2005, no intuito de aumentar o poder de compreensão sobre a realidade econômica estadual.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Discutir aspectos teórico-analíticos sobre a globalização e o comércio internacional.
- b) Apresentar um panorama da estrutura da indústria têxtil-confecções mundial e brasileira.
- c) Analisar a comercialização externa da indústria têxtil-confecções de Santa Catarina, destacando as capacidades de exportação e de importação.

1.3 METODOLOGIA

Define-se método de pesquisa como a escolha dos procedimentos que melhor explicam o fenômeno a ser estudado. Tais procedimentos consistem em delimitar um problema de pesquisa, interpretá-lo e relacioná-lo com as teorias existentes, para assim responder a pergunta de pesquisa do trabalho.

Para atingir o primeiro objetivo específico, referente ao arcabouço teórico-analítico, discutem-se a globalização e a teoria do comércio internacional, destacando o aspecto produtivo, financeiro e comercial, entre outros. Discutem-se também, sinteticamente, as

teorias de comércio internacional, tais como a teoria da vantagem absoluta, teoria das vantagens comparativas, entre outras, e saienta-se a política comercial. Para tanto tira-se, proveito das contribuições dos seguintes autores: Krugman e Obstfeld (2001), Maia (2001), Gonçalves (1999), Baumann (1996), Coutinho (1996), Lerda (1996), Chesnais (1996), Ellsworth (1978), Caves, Frankel e Jones (2001), Carvalho e Silva (2002), Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto (1998), Pereira (1996), Averbug (1998), Brandão, Mello (1998), Freire (2002), Maia (1998), D'Arcy (2002), Castilho (2000),

Os elementos a serem expostos no segundo objetivo específico buscam apresentar o panorama da indústria têxtil-confecções no Brasil e no mundo. Primeiramente, trata-se do consumo de fibras têxteis, principais países produtores e principais países exportadores. Posteriormente, caracteriza-se a estrutura da indústria têxtil nacional, a produção e a evolução desta, são discutidas também aspectos do comércio exterior brasileiro. Para satisfazer este objetivo, são utilizadas bibliografias como: Lupatini (2004), Gorini (2000), Fleury (2001), Prochnik (2002), Gorini (1997), MIDC, Mendes (2004), Relatório Setorial – Brasil Têxtil – IEMI (2005).

No que tange ao terceiro e último objetivo específico, que analisa as condições de comercialização da indústria têxtil-confecções abordando o setor exportador e importador, inicialmente faz-se uma síntese da indústria catarinense em geral, e na seqüência, trata-se das exportações da indústria têxtil-confecções do estado, dos principais mercados, principais produtos exportados, preço. Caracterizam-se também as importações da cadeia têxtil-confecções, principais países de origem, desempenho, entre outros. Para isso, utiliza-se de várias fontes, entre elas, Kroetz (2006), Gorini e Siqueira (2002), Lupatini (2004), Massuda (2002), Gorini (2000), e uso do sistema Aliceweb, para montagem das tabelas, disponível no site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. São utilizados também dados sobre a inflação americana disponível no site do Banco Central dos EUA <<http://www.federalreserve.gov/>> para deflacionar os valores expressos em US\$ americanos e atualizar os valores para 2005, o cálculo da taxa de crescimento é feito com base em Gujarati (2006).

2. ASPECTOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS SOBRE GLOBALIZAÇÃO E COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.1 INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização econômica, social e cultural põe em discussão a questão do rompimento das barreiras territoriais entre as nações. Essa ausência ou redução de fronteiras traz aos países várias mudanças no âmbito comercial e organizacional, e a difusão de novas tecnologias, políticas públicas, juntamente com o crescimento das relações entre as economias globais, são fatores favoráveis ao processo de globalização.

Os ganhos do comércio internacional são, sem dúvida, parte do conceito teórico mais importante na economia internacional e a discussão entre livre comércio e proteção é o seu tema mais importante, relacionado à política econômica. O comércio proporciona benefícios e permite que os países exportem produtos que possuem recursos abundantes no país, oportunizando-se especializarem na produção de produtos em larga escala e com maior eficiência, enquanto importa produtos escassos em seu território. As nações, de forma geral, obtêm ganhos derivados do comércio internacional, porém alguns grupos específicos podem ser prejudicados com este comércio, influenciando na distribuição de renda.

A economia internacional é dividida em dois segmentos: o primeiro é o estudo do comércio internacional, que se concentra principalmente nas transações que envolvem o movimento físico de mercadorias entre os países; e o segundo é o estudo da moeda internacional, que trata das transações financeiras, como compras estrangeiras de dólares dos EUA (Krugman e Obstfeld, 2001).

De acordo com Maia (2001), existem alguns fatores que tornam o comércio internacional uma necessidade: a divisão do trabalho e os ganhos de escala com a especialização da produção; a distribuição desigual das jazidas minerais em nosso planeta; as diferenças climáticas que diversificam a produção agrícola dos países; e as diferenças de estágios de desenvolvimento econômico. A economia internacional é mais abrangente e engloba o comércio internacional (exportações e importações), transferências unilaterais, prestação de serviços e movimento de capitais.

No intuito de discutir estes aspectos, o presente capítulo está dividido em seis seções, sendo que, nesta seção 2.1, tem-se a introdução; a seção 2.2 aborda aspectos da globalização; na seção 2.3, apresenta-se uma visão sintética das principais teorias de comércio internacional; a teoria da política comercial e os principais instrumentos de política comercial são mostrados na seção 2.4; a seção 2.5 destaca os principais blocos econômicos; e, por último, na seção 2.6, faz-se uma conclusão preliminar resumida do capítulo.

2.2 Globalização

A globalização há vários anos vem se tornando alvo de discussões entre estudiosos, pois afeta diversos segmentos da sociedade, e se faz presente em vários sentidos, ocasionando inúmeras interpretações, no que diz respeito ao seu conceito, bem como às conseqüências para os países que estão, cada vez mais, aumentando o seu nível de aproximação com outras nações devido à queda de barreiras tecnológicas, culturais e aumento expressivo de capital estrangeiro.

Conforme Gonçalves (1999), pode-se definir globalização através da interação de três processos distintos: a expansão extraordinária de fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais, sendo que estes processos influenciam a dimensão financeira, comercial, tecnológica e produtivo real das relações econômicas internacionais. O investimento externo direto e os contratos são mecanismos relevantes para o processo de globalização na esfera produtivo-real, sendo que o investimento externo direto está indicando que um agente econômico estrangeiro está atuando na economia nacional.

Para Baumann (1996), a caracterização do processo de globalização pode ser feita sob diversas óticas, porém a ótica econômica nos apresenta várias perspectivas. Na perspectiva financeira, os principais impactos sentidos são o aumento do volume de recursos e da velocidade de circulação destes recursos, como também a interação dos efeitos destes recursos nas diversas economias. O processo de globalização na perspectiva comercial representa uma homogeneidade nas estruturas de oferta e demanda de diversos países, o que possibilita um crescimento nos ganhos de escala, uma redução no ciclo do

produto e a uniformização de técnicas produtivas, direcionando o foco competitivo para o âmbito tecnológico, em que tecnologias de processo são os principais fatores competitivos. No setor produtivo, ocorre uma convergência que se traduz na semelhança do tipo de técnicas produtivas e de estratégias utilizadas para administrar e organizar o processo produtivo. Para a política econômica a globalização pode ocasionar a perda de atributos, e o uso de instrumentos tradicionais passam a não ter os efeitos desejados na economia.

A crescente integração dos sistemas econômicos nacionais se manifesta por meio da globalização financeira com o aumento da proporção de ativos financeiros emitidos por residentes, e que está na mão de não-residentes, como, por exemplo o aumento da participação de títulos estrangeiros na composição de fundos para pensão de norte-americanos a partir dos anos 90. A *globalização financeira* pode ser entendida como um fenômeno que tem três dimensões: a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais, o acirramento da concorrência no que diz respeito ao sistema financeiro internacional e o avanço do processo de internacionalização da produção de serviços financeiros (Gonçalves, 1999).

Segundo Coutinho (1996), o processo de globalização é caracterizado como um estágio mais avançado do processo de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política e corresponde a uma etapa de aceleração intensa e desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais; a reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização e regionalização; de difusão desigual da revolução tecnológica e um significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais e da interpenetração patrimonial, além da ausência de um padrão monetário mundial estável, no contexto de taxas cambiais flutuantes, excelente às especulações, e os mecanismos de neutralização não são capazes de prevenir a possibilidade de rupturas sistêmicas.

O fenômeno da globalização pode ser caracterizado como a crescente ausência de uma fronteira territorial para as atividades econômicas das indústrias, que não dependem mais de recursos específicos do território nacional. A mobilidade do capital permite que as hierarquias corporativas tenham facilidade em instalar-se e abandonar territórios, sem perder eficiência, competitividade e rentabilidade. Alguns dos fatores determinantes do fenômeno de globalização mundial tais como tecnologia, organização corporativa e

políticas públicas nas últimas décadas passam a atuar de maneira mais ativa, reforçando-se mutuamente. A incorporação do progresso tecnológico em áreas-chave, entre as quais se destacam a microeletrônica e a informática, é a mais visada pelas hierarquias corporativas, pois permite reduzir distâncias, economizar tempo, aumentar a qualidade, etc. A redução de custos de produção, comercialização e transação proporcionados pela incorporação de progresso técnico abriu novas portas para a adoção de novos modelos organizacionais (Lerda, 1996).

Alguns antecedentes importantes e fatores diversos desencadearam o processo de globalização, a partir do momento em que ocorreu o crescimento das relações entre as diversas economias. Processos ligados ao desenvolvimento de novas tecnologias, melhorias no sistema de transporte e comunicação, acordos e abertura de economias para capitais externos.

Neste sentido, Baumann (1996) salienta que já no século XVI as facilidades no transporte ocasionaram a ampliação dos acessos a insumos, outros mercados, e conhecimento de novas tecnologias e processos provocando a *internacionalização* das economias. Os antecedentes da globalização estão associados à queda no dinamismo da economia americana no início dos anos 60 e a um paralelo aumento nas exportações asiáticas, isso motivou os EUA e algumas economias européias a reduzirem o grau de intervencionismo nos mercados, objetivando reduzir problemas relacionados à inflação e à taxa de juros, estimulando o avanço tecnológico. O papel do Estado é de suma importância para o aumento do dinamismo de vários setores da economia, já que, proporcionando infraestrutura necessária e aumento da qualificação profissional, o Estado estará auxiliando a economia nacional a alcançar ou manter os padrões internacionais de competitividade.

Lerda (1996), por sua vez, diz que as autoridades econômicas nacionais traçam objetivos e metas para a política econômica, participam diretamente na regulação e fixação de preços, é agente produtor, distribuidor e financiador de projetos de desenvolvimento nacionais. O processo de globalização mundial, em muitos casos, ocasionou perda da autonomia das autoridades econômicas nacionais que se manifestou através da diminuição na eficiência e eficácia dos instrumentos, do aumento no número, grau de complexidade e importância estratégica das restrições que devem ser obedecidas pelas autoridades

econômicas, além de vários desafios relacionados ao campo da política monetária, bancária, cambial e fiscal.

Conforme Chesnais (1996), a globalização mundial, o que denomina de mundialização, é resultado de alguns processos interligados, porém distintos. O primeiro deles, na fase mais longa de acumulação do capital desde 1914, e o segundo, mediante políticas de liberalização, privatização e desregulamentação implementadas na década de 80. A globalização é uma forma de expressão da liberalização, pelo menos parcial, das forças de mercado que estavam contidas desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que os desafios impostos pela mesma são pressupostos por uma forte liberalização e desregulamentação da economia, além de total liberdade de atuação das empresas e subordinação de todos os campos da vida social e valorização do capital privado.

Com a reestruturação tecnológica a partir do início dos anos 80, derivada do impacto da Terceira Revolução Industrial, ocorreu uma reorientação dos fluxos de investimento direto, do comércio internacional e do movimento de capitais intra e entre as economias centrais industrializadas. A integração da economia mundial não foi muito favorável a alguns países, principalmente os da América Latina, dentre eles o Brasil. As razões para que a globalização mundial, a partir dos anos 80, não favorecesse a economia brasileira são: a) a “crise da dívida”, deflagrada pela abusiva elevação da taxa de juros pelo FED entre 1979 e 1982; b) a grave desorganização das finanças públicas, decorrente da “crise da dívida”, reduziu a capacidade ordenadora do Estado abrindo caminho para a instabilidade inflacionária, que afastou os investimentos externos de risco; c) declínio dos investimentos, associado ao difícil acesso às exportações brasileiras aos mercados de países desenvolvidos; d) intensificação das fricções comerciais interblocos, e pressões unilaterais, especialmente por parte do EUA, e economias da América Latina sofreram restrições (Coutinho, 1996).

Por sua vez, ainda segundo este autor, no início da década de 90 houve uma notável reviravolta. Aconteceu uma recessão entre 1990 e 1992, induzindo o FED e outros bancos mundiais à redução da taxa de juros, criando uma busca generalizada por aplicações alternativas, inundando os países em desenvolvimento com capitais externos. Em 1994, com o Plano Real, ocorreu a possibilidade de um crescimento sustentado da economia, os grandes grupos investiam em grande escala, todavia a sobrevalorização da taxa de câmbio,

combinada com juros elevados, forçou a uma política econômica com o intuito de desaquecer a economia brasileira. As condições conjunturais brasileiras em face da globalização, em meados da década de 90, expressam total fragilidade, considerando a crescente vulnerabilidade de financiar um elevado déficit em transações correntes, a fragilidade competitiva da indústria em todos os complexos de alto valor agregado e conteúdo tecnológico, a debilidade estratégica e o reduzido tamanho dos grandes grupos empresariais brasileiros e a profunda regressão da base doméstica de financiamento de longo prazo, o que atrasa a centralização dos capitais e obriga à dependência de recursos fiscais e endividamento externo para sustentar a acumulação.

O novo contexto de relações econômicas internacionais oferece limitações, riscos e oportunidades para o Brasil. De um lado, as grandes modificações no ambiente internacional de negócios diminuiriam alguns riscos envolvidos com negociações internacionais, possibilitando a internacionalização de empresas do porte das empresas brasileiras, no entanto a capacidade de administrar a política interna vai depender muito da coerência e da continuidade institucional de cada país. A partir de 1994, com a assinatura da Ata Final da Rodada do Uruguai criando a OMC – Organização Mundial do Comércio, esta está investida de poder legal para implementar obrigações contratuais em um grande número de temas, induzindo em uma menor autonomia nacional.

2.3 TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.3.1 *A teoria da vantagem absoluta*

Em 1776, Adam Smith publicou o livro *A Riqueza das Nações*, no qual afirma que cada país pode produzir determinadas mercadorias com custos menores que os outros, desta forma, este país vai se beneficiar exportando determinadas mercadorias e importando outras. Esta troca vai ocasionar ganhos recíprocos entre os países. O livre comércio pode proporcionar um aumento da produção ocasionado pela especialização, e com as trocas através do comércio, aumentar o consumo, e em conseqüência, o bem-estar da população dos países envolvidos no comércio (Maia 2001).

Adam Smith, em 1776, tinha um alvo definido e bem claro, o mercantilismo, fazia críticas ao conjunto de idéias mercantilistas defendidas pela elite econômica da época. Para

ele, a falha dos mercantilistas foi não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, e isto não gera um déficit. A principal crítica de Adam Smith contra os mercantilistas baseou-se no fato de que a riqueza de uma nação é medida pela sua produção e consumo e não pelos metais preciosos pertencentes a esta nação (Carvalho e Silva, 2002).

De acordo com Ellsworth (1978), Adam Smith apontou os absurdos das restrições mercantilistas e auxiliou na fundamentação de bases a favor do livre comércio, demonstrando que o comércio entre as nações permite o aumento das riquezas de todas as nações, podendo tirar vantagem da divisão do trabalho.

2.3.2 Teoria das vantagens comparativas

David Ricardo, em 1817, apresentou a teoria das vantagens comparativas, em que a especialização da produção em determinados segmentos pode trazer vantagens comparativas a cada país. Um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem, em termos de outros bens, é mais baixo que em outros países. O comércio entre dois países pode beneficiar ambos, se cada um produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas.

No modelo Ricardiano, o trabalho é o único fator de produção e os países diferem apenas na produtividade do trabalho nas diferentes indústrias. Os ganhos de comércio são obtidos através da produção de um bem destinado à exportação objetivando a importação de um bem desejado desde que os ganhos com a produção do produto exportado sejam maiores do que produzir internamente o produto importado (Krugman e Obstfeld, 2001).

Na concepção de Ellsworth (1978), o ponto de partida que Ricardo utilizou para explicar o comércio internacional é o valor, segundo esta teoria, o valor de qualquer mercadoria depende dos seus custos de mão-de-obra. A quantidade comparativa de mercadorias que a mão-de-obra produz é que determina o seu valor relativo passado ou presente. Para Ricardo, o que determina os valores das trocas internacionais é o custo de mão-de-obra, relativo ou comparativo, dos bens nos dois países, ao invés do custo absoluto de mão-de-obra ou da mão-de-obra exigida para sua produção.

2.3.3 Teoria da demanda recíproca

John Stuart Mill procura evidenciar a eficiência comparativa, diferenciando-se de Ricardo por utilizar a base em horas trabalhadas, ou seja, em determinado número de horas, dois países podem produzir quantidades diferentes de um mesmo produto. Enquanto Ricardo construiu sua teoria baseado no custo de produção de uma unidade de uma mesma mercadoria em dois países diferentes. De acordo com essa teoria, o comércio é realizado quando os preços equalizarem a demanda nos dois países..

Conforme Ellsworth (1978), ao invés de tomar como dada a produção de cada mercadoria em dois países com custo de mão-de-obra diferente, Mill supôs uma quantidade dada de mão-de-obra em cada país, mas diferentes quantidades de produção. Assim, sua formulação levou em conta a vantagem comparativa ou a eficiência comparativa de mão-de-obra, em contraste com o custo comparativo de mão-de-obra de Ricardo. A razão verdadeira pela qual os bens são trocados depende da força e elasticidade da procura de cada país pelo produto de outro, ou da procura recíproca. Mill considerava procura recíproca a quantidade de exportação que um país oferecerá a diversos termos de troca, por quantidades variáveis de importação.

2.3.4 O modelo dos fatores específicos

O modelo dos fatores específicos foi desenvolvido por Paul Samuelson e Ronald Jones, é semelhante ao modelo ricardiano simples, assumindo que uma economia que produz dois bens pode alocar a sua oferta de mão-de-obra entre os dois setores. A diferença entre o modelo ricardiano e o modelo dos fatores específicos é que o modelo dos fatores específicos permite a existência de fatores de produção, além da mão-de-obra.

O comércio internacional tem geralmente efeitos fortes sobre a distribuição de renda nos países, gerando ganhadores e perdedores. São dois os motivos do surgimento destes: os fatores de produção não podem se mover de uma indústria para outra instantaneamente e sem custos, e as mudanças nas combinações de produção de uma economia têm efeitos diferentes na demanda por fatores de produção diferentes.

Para Caves, Frankel e Jones (2001), a distribuição interna de renda é afetada por qualquer mudança nos preços relativos das mercadorias, o aumento de preço fará com que outros fatores específicos percebam perdas em termos reais. A distribuição de renda

também é afetada pelo crescimento, a maior oferta de um fator tende a reduzir seu retorno. O comércio incentiva os recursos a se moverem para setores em que a economia desfrute de uma vantagem comparativa.

O modelo dos fatores específicos permite a distinção entre fatores de propósito geral que podem se mover entre os setores e fatores que são específicos em usos particulares. Os fatores específicos dos setores de exportação em cada país ganham com o comércio, enquanto os fatores específicos dos setores concorrentes das importações perdem. Os fatores móveis (mão-de-obra) que têm possibilidade de serem usados, tanto em um setor quanto em outro, podem ganhar ou perder (Krugman e Obstfeld, 2001).

2.3.5 O modelo de Heckscher-Ohlin

Considerada uma das teorias mais importantes da economia internacional, a teoria de Heckscher-Ohlin está baseada no conceito central de que o comércio internacional é conduzido basicamente por diferenças entre os recursos dos países. Para estes economistas suecos, o mecanismo entre as proporções nas quais fatores diferentes de produção estão disponíveis em países diferentes, e em que proporções esses fatores são utilizados para produzir bens diferentes, é fundamental no comércio internacional.

A regra geral desta teoria é que os países tendem a exportar bens cuja produção é intensiva em fatores, com os quais eles são favorecidos em abundância. A grande oferta de determinado fator (mão-de-obra) é chamada de fator abundante, e o recurso cuja oferta é considerada pequena é determinado com fator escasso. Nesta perspectiva, os efeitos do comércio internacional sobre a distribuição de renda indica que os proprietários dos fatores abundantes de um país ganham com o comércio, mas os proprietários dos fatores escassos de um país perdem (Krugman e Obstfeld, 2001).

O livre comércio de mercadorias pode substituir completamente a mobilidade internacional de capital e mão-de-obra, no sentido de levar à equalização de salários e aluguéis em países que usem uma mesma tecnologia. Mesmo que os países difiram em conhecimento tecnológico o impacto de uma tarifa sobre os salários reais no país local depende apenas da tecnologia local, e de forma alguma depende da maneira pela qual as mercadorias são produzidas no exterior (Caves, Frankel e Jones, 2001).

2.3.6 Modelo geral do comércio

O modelo geral do comércio é baseado basicamente em quatro relações: a primeira é a relação entre a fronteira de possibilidades de produção e a curva de oferta relativa; a segunda é a relação entre os preços relativos e a demanda; a terceira é a determinação do equilíbrio mundial pela oferta relativa mundial e pela demanda relativa mundial; e a quarta relação é o efeito dos termos de troca, ou seja, o preço das exportações de um país dividido pelo preço de suas importações.

O crescimento econômico significa um deslocamento para fora da fronteira de possibilidades de produção de um país. O crescimento pode ser resultado de aumento dos recursos de determinado país ou de melhorias na aplicação destes recursos com mais eficiência. Os efeitos do crescimento sobre o comércio internacional resultam devido ao fato de este crescimento geralmente apresentar um viés. São dois os motivos pelo quais o crescimento pode ser enviesado: no modelo ricardiano, o progresso tecnológico de um setor da economia vai expandir as possibilidades de produção da economia mais na direção da produção daquele setor do que na direção de produção do outro setor; o modelo dos fatores específicos e o modelo de Heckscher-Ohlin demonstram que a elevação na oferta de um fator de produção de um determinado país produzirá um viés na expansão das possibilidades de produção, sendo que o viés será na direção do bem para o qual o fator é específico ou do bem cuja produção é intensiva no fator que teve aumento da oferta.

Segundo Krugman e Obstfeld (2001), o crescimento que provoca a expansão das possibilidades de produção de um país desproporcionalmente na direção do bem que ele exporta pode ser chamado de crescimento voltado para as exportações, e o crescimento enviesado na direção do bem que o país importa é chamado de crescimento voltado para as importações. O crescimento voltado para as exportações tende a piorar os termos de troca de um país em crescimento, em benefício do resto do mundo, e o crescimento voltado para as importações tende a melhorar os termos de troca de um país em crescimento à custa do resto do mundo.

2.4 TEORIA DA POLÍTICA COMERCIAL

Nas relações comerciais contemporâneas, o livre comércio é mais exceção do que regra, tanto nos países em desenvolvimento como nos países industrializados, e em ambos os casos o governo intervém objetivando favorecer o produtor nacional perante os concorrentes estrangeiros, podendo tanto visar à redução de importações como promover exportações. A proteção do produtor nacional pode se dar por meio de diversos instrumentos de intervenção pública sobre o comércio exterior, em seu conjunto denominados de política comercial (Carvalho e Silva, 2002).

Muitos economistas defendem o livre comércio porque é gerador de bem-estar social, faz com que conhecimentos e novas tecnologias sejam difundidos entre os países que participam do comércio internacional. Porém, com o decorrer dos anos, vários economistas, inclusive de países desenvolvidos, estão apresentando argumentos e teorias que entendem que é necessário uma política comercial implementada pelo Estado de forma estratégica, a fim de defender e proporcionar melhores condições para os exportadores locais, trazendo mais benefícios e renda para o país.

As políticas comerciais estratégicas são políticas que buscam melhorar o desempenho econômico por meio do estímulo à exportação de um segmento específico ou desestimulando importações específicas, estas políticas foram amplamente desenvolvidas em alguns países bem sucedidos. Existem dois argumentos sofisticados abordados pelos economistas internacionais: o primeiro deles afirma que os governos devem apoiar indústrias que oferecem *externalidades tecnológicas*; o outro é a *análise Brander-Spencer*, que mostra como as políticas do governo auxiliam as firmas nacionais a elevarem seus lucros às custas das rivais estrangeiras (Krugman e Obstfeld, 2001).

Uma política comercial estratégica pressupõe que as falhas de mercado existem e estas podem ser corrigidas pela intervenção governamental. Contudo, existem objetivos econômicos e não econômicos que estas políticas podem ter como objetivo principal, desta maneira a escolha dos instrumentos para implantar tais políticas deve ser feita somente quando o objetivo estiver bem claro. A inclusão do governo nas disputas de grandes firmas para a apropriação de lucros gerados em mercados oligopolizados pode alterar o jogo estratégico entre as firmas nacionais e estrangeiras, existindo a concorrência imperfeita. As empresas domésticas podem ter um melhor desempenho, pois o governo auxiliou com

políticas de proteção e incentivo para deter os competidores externos (Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto, 1998).

Krugman e Obstfeld (2001) enfatizam que, logo após a Segunda Guerra Mundial as políticas comerciais em vários países em desenvolvimento foram baseadas na crença de que a proteção ao setor manufatureiro ocasiona o desenvolvimento econômico, e políticas protecionistas foram implementadas para proteger o setor manufatureiro doméstico da concorrência internacional. Dentre os argumentos de que a proteção dos produtos manufaturados é a estratégia para proporcionar desenvolvimento nesses países, está o argumento da indústria nascente que tem por objetivo o apoio do governo às novas indústrias utilizando tarifas e barreiras até que elas possam enfrentar a concorrência internacional. A promoção das manufaturas através da proteção pode ser também por meio de subsídios à exportação que podem desenvolver uma vantagem comparativa. Porém, na maioria dos países em desenvolvimento visando ao mercado interno, a maior estratégia tem sido colocar em prática as cotas de importação e tarifas. A estratégia de incentivar a indústria nacional limitando as importações é conhecida como estratégia da industrialização pela substituição de importações.

Ainda segundo estes autores, muitos países em desenvolvimento apresentam desenvolvimento desigual nos vários setores da economia nacional, essa característica é conhecida como uma economia dual. O dualismo pode ser um sintoma de mau funcionamento do mercado, deste modo pode surgir o argumento de falha de mercado a favor das restrições ao livre comércio e muitas vezes a política comercial é determinada por causa dele. O dualismo econômico é caracterizado por um setor industrial de capital intensivo com salários altos e por um setor tradicional com salários baixos, e na maioria das vezes essas economias enfrentam sérios problemas como o desemprego urbano. Muitas vezes a diferença entre os salários dos setores modernos e tradicionais é usada como argumento a favor da proteção do setor industrial.

2.4.1 PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL

Tarifas

A tarifa é um importante instrumento de política comercial, e é cobrada quando uma mercadoria entra no país e pode ser um imposto específico, “*ad valorem*” ou misto. No caso do imposto específico, é cobrado um valor determinado por unidade importada. O

imposto *ad valorem* é cobrado um percentual em relação ao preço do produto, O sistema misto de cobrança implica a cobrança de um determinado valor sobre cada unidade de produto importado, mais um percentual sobre o preço desta mercadoria. Uma das conseqüências da aplicação das tarifas é o aumento do preço do produto protegido no mercado do país importador, provocando perda para os consumidores, não compensada integralmente pelo ganho dos produtores e receita do governo (Carvalho e Silva, 2002).

De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), as tarifas são classificadas como específicas, que são fixas e cobradas por unidade do bem importado, e as tarifas *ad valorem*, que são impostos cobrados como uma fração do valor dos bens importados. Nos dois casos o efeito ocasionado pelas tarifas é a elevação dos custos de um determinado bem embarcado para um país. As tarifas têm a finalidade de auferir renda para o governos e desempenham um importante papel de proteger setores locais específicos. O subsídio às exportações é um pagamento efetuado pelo governo a uma empresa ou indivíduo que envia um bem para o exterior.

Da mesma forma que a tarifa, o subsídio pode ser específico ou *ad valorem*, e quando o governo oferece um subsídio à exportação, o exportador vai exportar até o ponto onde o preço local exceda o preço estrangeiro pela quantidade de subsídio. O efeito de um subsídio é o inverso da tarifa, ou seja, o preço no país exportador aumenta por causa da queda do preço no país importador, no país exportador os consumidores são prejudicados, os produtores ganham e o governo perde, pois está gastando dinheiro com subsídio.

Subsídios

O subsídio também é utilizado como instrumento de política comercial e consiste em pagamentos diretos ou indiretos feitos pelo governo para incentivar exportações ou restringir importações, representando uma redução de custo de produção para o produtor. Para o país importador, a política de subsídios à exportação favorece o consumidor, que paga um preço menor pelo produto, porém, neste caso, também há alterações na distribuição da renda, enquanto favorece o consumidor, esta política prejudica trabalhadores e produtores do setor que compete com o produto importado subsidiado.

Segundo Krugman e Obstfeld 2001, o governo pode utilizar subsídios de crédito à exportação que funciona como um empréstimo subsidiado ao comprador auxiliando nas exportações. A aquisição nacional de bens é outra maneira de influenciar o comércio,

porque as compras do governo podem ser direcionadas aos bens produzidos internamente, mesmo quando estes são mais caros que os importados. As barreiras burocráticas são impostas pelos governos aos produtos importados através de procedimentos que dificultam o acesso de produtos do exterior, os procedimentos sanitários, de segurança e alfandegários oferecem sérios obstáculos ao exportador.

Quotas de importação

As quotas de importação são restrições quantitativas impostas sobre o volume ou o valor das importações, podendo ser fixadas mediante acordos entre países e unilateralmente. A implantação de restrições quantitativas resulta na insuficiência de oferta, provocando a alta dos preços, da mesma maneira que as tarifas e a alta dos preços ocasionam um aumento da oferta e uma queda da demanda dos produtos protegidos, provocando várias distorções microeconômicas apresentadas nas tarifas, sendo que a grande diferença entre elas é que as quotas não geram receita para o governo (Carvalho e Silva, 2002).

Uma cota de importação pode ser definida como uma restrição direta à quantidade de um determinado bem que pode ser importada, esta restrição geralmente é executada via emissão de licenças a alguns grupos ou empresas. Quando ocorre a limitação das importações, o resultado inicial é um aumento no preço, porque a demanda pelo bem excede a oferta doméstica e as importações, em um segundo momento, devido à oscilação de preços, o mercado se equilibra (Krugman e Obstfeld, 2001).

Controles Cambiais

São restrições administrativas sobre transações que envolvam divisas, e uma forma de controle cambial é dificultar as importações através de licenças para a compra de moeda estrangeira. Outra forma de controle cambial é o emprego de taxas múltiplas de câmbio que, de acordo com o nível de interesse em proteger determinado produto, maior a taxa de câmbio fixada para a importação deste produto (Carvalho e Silva, 2002).

O controle cambial é uma forma de corrigir dificuldades no balanço de pagamentos, e é bem diverso, pois, em sua essência, substitui as forças do mercado por decisões arbitrárias do governo. As importações e outros pagamentos internacionais não são mais determinados por comparações internacionais de preços, as necessidades nacionais são

consideradas. O objetivo de um sistema completo de controle cambial é o domínio total pelo governo sobre o mercado de câmbio. Com o comércio, grande parte dele é determinada pela disponibilidade de meios de pagamento e não pelos custos comparativos, a distribuição de recursos se torna cada vez mais antieconômica e o surgimento de indústrias de exportação não se dá pela sua eficiência, mas pelos mercados protegidos (Ellsworth, 1978).

Acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE)

Por meio de negociações bilaterais, o parceiro exportador se compromete a restringir a quantidade exportada ao mercado importador. Os primeiros acordos desse tipo surgiram em 1957 devido às pressões dos EUA e estabeleceram limites à importação de têxteis, vestuários e calçados. No início, as restrições eram apenas aos produtos japoneses, mas posteriormente o número de países aumentou, tanto que foi firmado o Acordo Multifibras em que estabelece cotas de importação e de exportação para um grande número de países (Carvalho e Silva, 2002).

As restrições voluntárias às exportações são uma variável das cotas de importação, com a diferença de que é imposta pelo país exportador em vez do país importador, na maioria das vezes a pedido do país importador, de maneira que o país exportador dá apoio com o objetivo de evitar outras restrições. Outra diferença entre as cotas de importação e as restrições voluntárias é que o país importador, ao invés de receber renda gerada por tarifas, acaba se tornando renda recebida pelos estrangeiros, gerando claramente uma perda para o país importador.

Em um estudo feito com relação às três principais restrições voluntárias nos EUA em têxteis e confecções, concluiu-se que dois terços do custo dessas restrições para os consumidores cabem às rendas recebidas pelos estrangeiros, isto é, os custos representam uma transferência de renda, em vez de uma perda de eficiência. Além disso, o estudo enfatizou que as restrições voluntárias são muito mais dispendiosas do que as tarifas. Muitos dos acordos firmados envolvem vários países, um exemplo disso é o acordo “Multifiber Arrangement” limitando as exportações de têxteis de 22 países (Krugman e Obstfeld, 2001).

Outros instrumentos de política comercial

Existem algumas outras ferramentas utilizadas como instrumento para influenciar o comércio: proibição de importação, monopólio estatal, leis de compras de produtos nacionais, depósito prévio à importação.

A proibição de importação é o chamado embargo comercial, e se dá de forma mais direta em função de determinada mercadoria ou país de origem normalmente por razões políticas. O monopólio estatal é caracterizado pela centralização da importação de determinado produto impedindo a atuação de outros agentes em um determinado mercado. O objetivo, neste caso, é controlar o volume importado por meio de decisão administrativa.

O sistema de leis de compras de produtos nacionais funciona basicamente através de normas impeditivas de importação de determinado produto, caso exista um produto nacional similar. No caso de depósito prévio à importação, o governo ou um órgão do governo é destinado antes que ocorra a efetiva importação, recolhendo o valor total da mercadoria ou um percentual dele, que fica retido por um determinado período de tempo, dificultando a importação e caracterizando um empréstimo forçado pelo governo. Alguns dos principais motivos apresentados para a adoção deste sistema eram os elevados déficits interno e externo.

As barreiras não-tarifárias são restrições impostas mediante o processo normal burocrático, e em muitos casos não visam à queda das importações, pode envolver regulamento e exigências mínimas que os países impõem como condição para a importação.

2.5 BLOCOS ECONÔMICOS

2.5.1 Mercosul

Em 1991 foi assinado o tratado de Assunção, com o objetivo de instituir um mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O tratado de mercado comum previa a livre circulação de mercadorias, serviços e fatores de produção a partir de 1995.

De acordo com Brandão, Pereira e Silva (1996), em 1995 o Mercosul não estava funcionando conforme previsto, e os principais avanços foram o estabelecimento de uma

tarifa externa comum, sendo que o Brasil e a Argentina preocuparam-se mais, nesse ano, em estabilizar suas economias. O Tratado de Assunção propõe a redução das tarifas ao comércio intra-regional formando uma área de livre comércio plena a partir de 1995 e 1996, com algumas listas de exceções que seriam extintas a partir do momento em que o livre comércio fosse implementado. As negociações para a formação do mercado comum seriam conduzidas de acordo com a seguinte estrutura:

- O conselho de mercado comum, responsável pela direção política do processo de integração e composto pelos ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países membros;
- O grupo mercado comum encarregado de executar as tarefas coordenadas pelos ministérios das relações exteriores composto por representantes de órgão públicos;
- Onze subgrupos técnicos, submissos ao Grupo Mercado Comum que tratariam dos instrumentos necessários à formação do mercado comum.

Segundo Averbug (1998), o tratado de Assunção afirma que o Mercosul seria formado por um programa de liberalização comercial com reduções tarifárias progressivas, zerando as tarifas para o comércio intra-regional, e as políticas comerciais comuns propiciando o aumento da competitividade dos quatro países. Afirma ainda que deve ocorrer a adoção de acordos setoriais, a harmonização legislativa em áreas pertinentes e a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais.

Com a integração comercial, apesar de todas as disputas entre os países, acontecem os maiores avanços, porém as negociações acerca da tarifa externa comum mostram as diferenças entre os principais países do Mercosul. Entre 1991 e 1997, as estatísticas indicam que as exportações intra-regionais aumentaram de 11,1% para 24,7 %, sendo que, em 1997, a região absorveu 17,1 % das exportações do Brasil, e o comércio Brasil/Argentina representou cerca de 75% do fluxo total do Mercosul (Averbug, 1998).

O Mercosul é uma união aduaneira imperfeita com uma série de exceções à tarifa externa comum e mesmo no comércio intra-regional. As exportações brasileiras de manufaturados intensivos em capital e de máquinas e equipamentos cresceram na ordem de 80 e 52%, respectivamente. Os efeitos dos fatores políticos e econômicos não são

previsíveis e as decisões de investimento no bloco dependem das expectativas empresariais e dos acordos possíveis (Brandão, Pereira e Silva 1996).

O Mercosul possibilitou um aumento significativo da capacidade de negociação internacional dos países-membros, e da capacidade relativa do bloco em relação às negociações internacionais. O Mercosul é uma necessidade regional para evitar a vulnerabilidade externa e enfrentar de forma conjunta as restrições nos mercados dos países desenvolvidos e a tendência mundial à regionalização e globalização. Os acordos regionais e sub-regionais geram novos fluxos de comércio, que aumentam a competitividade, ampliam os mercados externos, aceleram a redução de barreiras comerciais e favorecem a harmonização e a homologação de normas que propiciam a formação de alianças e investimentos (Mello 1998).

2.5.2 Nafta

Em 1989 entrou em vigor o acordo comercial entre os EUA e o Canadá, com o objetivo de criar uma área de livre comércio. Em 1992, com a inclusão do México, passou a denominar-se *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), ou seja, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte.

O NAFTA tem por finalidade eliminar as barreiras ao comércio e facilitar os movimentos fronteiriços de bens e serviços entre os territórios dos países integrantes; promover condições para uma competição justa na área de livre comércio; elevar as oportunidades de investimentos nesses territórios; prover proteção e implementação dos direitos de propriedade intelectual no território de cada parte; criar procedimentos efetivos para a implementação e aplicação deste acordo (Gonçalves, Baumann, Prado e Canuto, 1998).

Ainda segundo esses autores, o NAFTA regula vários aspectos da relação comercial entre os países integrantes, e essas regulações são de duas ordens: a) aquelas que atendem às preocupações dos setores sindicais dos EUA, e em menor medida as do Canadá; b) aquelas que protegem investimentos dos setores financeiros e industriais norte-americanos e canadenses contra a concorrência dos salários baixos mexicanos, as salvaguardas e as cotas para exportações agrícolas. O NAFTA não trata de temas como tarifa externa comum ou liberdade de circulação de mão-de-obra, mas sim de questões

como a coordenação de políticas de investimento, meio ambiente e alguns aspectos da legislação trabalhista.

O grande fator atrativo do NAFTA é a possibilidade dos países integrantes receberem tratamento diferenciado por parte dos EUA, mais garantias de acesso ao mercado norte-americano e menores restrições não tarifárias. Os EUA, por sua vez, importam muitas mercadorias, desta forma, a parceria comercial contribui para o aumento da renda doméstica dos países parceiros e gera um aumento das importações de mercadorias americanas. Outro motivo de interesse dos EUA é de natureza política, pois trata-se de uma forma de sinalizar para a UE e o Japão que os EUA poderiam partir de uma política de desenvolvimento do mercado regional, defender seus interesses comerciais.

A estrutura jurídica do NAFTA possui um moderado grau de delegação devido à pouca autoridade delegada aos processos de tomada de decisão, visto que esses se encontram centralizados nos governos. Os mecanismos de solução de controvérsias também possuem um baixo nível de autoridade, pois não há suporte político ou institucional para que se constitua, no âmbito do NAFTA, um corpo judiciário supranacional, não existindo uma autoridade regional dotada de poder vinculatório no tocante à solução de controvérsias. As principais instituições deste mercado são a Comissão de Livre Comércio (CLC) e o Secretariado. A Comissão de Livre Comércio age na implementação do Acordo e na solução de controvérsias, fazendo as recomendações às partes e indicando o corpo de árbitros que comporão o painel de arbitragem. O Secretariado do NAFTA é dividido em seções nacionais e é composto pelas seções canadense, mexicana e norte-americana, que guardam independência entre si .

2.5.3 União Européia

A sede da União Européia (UE) é em Bruxelas e é constituída de um conselho de ministros, uma Comissão Executiva, um Parlamento Europeu e uma Corte de Justiça. O Conselho de Ministros é o mais alto órgão e é quem estabelece as medidas necessárias, e cada país tem direito a um membro, sendo que este conselho só pode se pronunciar sobre acordos internacionais e novas adesões se tiver parecer favorável do Parlamento. A Comissão Executiva é responsável pela parte administrativa, o Parlamento Europeu tem a função de controlar as atividades dos órgãos componentes e a Corte de Justiça funciona como o Poder Judiciário da UE.

Segundo Maia (2001), os países da UE firmaram, em 1992, o Tratado de Maastricht, que tem como pontos principais a criação de uma moeda única, criação de um banco central, e definiu-se que a UE será um mercado sem fronteiras e totalmente integrado até o ano 2000 e mais uma série de ajustes internos. Em 1997, a maioria dos países ainda tinha muitas dificuldades em alcançar as metas estabelecidas pelo Acordo, e nesse mesmo ano ocorreu uma reunião em Amsterdã quando foi firmado o Pacto da Estabilidade que estabelecia a confirmação da entrada do euro (moeda comum), em vigor no início de 1999. Foi instituído também o Comitê de Empregos, visando condições para minorar o problema do desemprego, e Estrasburgo foi confirmada como sede do Parlamento Europeu.

O objetivo da integração da UE nunca foi apenas econômico e sempre teve um forte componente político. Hoje, a UE pode ser definida como um mercado interno com livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, e a responsabilidade da regulação desse grande mercado foi transferida o âmbito europeu, implicando o desenvolvimento de políticas comuns cada vez mais numerosas, porém outras matérias ficam sob responsabilidade dos países integrantes, tais como políticas macroeconômicas e todo o sistema de proteção social.. A União possui uma moeda comum desde 1999 e abrange 12 dos 15 estados-membros, sendo que, em 2002, ela substituiu completamente as moedas nacionais (D'Arcy, 2002).

Para Castilho (2000), as relações comerciais da UE com o resto do mundo são regidas pela política comercial comum que define as condições gerais de acesso ao mercado europeu para os produtos importados e as condições de saída para os produtos europeus. São regidas também pelos acordos preferenciais, que determinam condições de acesso privilegiado para certos terceiros, assim como a entrada destes produtos no mercado europeu, além de regimes especiais gestores do comércio de “têxtil-confecções”.

A UE aplica regimes especiais de importação, dando prioridade ao consumo de produtos comunitários e protegendo o mercado contra importações. O setor têxtil tem sido um dos mais sensíveis neste bloco econômico, em consequência disto, foram negociados vários acordos de contingenciamento de importações com seus principais fornecedores, onde o Brasil está incluído. Hoje o Acordo Brasil-União Européia sobre o comércio de produtos têxteis é regido pelo Acordo sobre Têxteis e Vestuários (ATC) da OMC – Organização Mundial do Comércio, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, em

substituição ao acordo Multifibras. O ATC prevê a eliminação das restrições às importações de têxteis e vestuários em quatro estágios num período de dez anos.

2.5.4 Conselho Econômico da Ásia-Pacífico – APEC

A APEC foi fundada em Canberra (Austrália), em 1989, e é composta por 21 países, dentre os quais: EUA, China, Austrália, Japão, México e outros. Passa a ser destaque na imprensa internacional a partir de 1993, com os EUA na presidência. A APEC pode ser vista como o resultado de um processo de interação das perspectivas americanas e asiáticas, do Pacífico.

Para Vizentini (1998), a APEC representa um conjunto de economias, articuladas através de uma divisão do trabalho, apoiada em vínculos internacionais de mercado, que acaba funcionando como uma espécie de regionalismo aberto, apoiado por sua vez, numa série de arranjos que poderiam ser denominados minilateralismos seletivos.

A APEC agrupa tantos países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento, com a finalidade de promover a liberalização do comércio, a facilitação dos negócios e a cooperação econômica. A criação da APEC no final da década de 80 como fórum para discutir a liberalização do comércio e investimentos regionais, por sua vez, transformou as relações na Ásia-Pacífico. As economias participantes discutem estratégias para reduzir as barreiras ao livre-comércio e aos fluxos de investimento na região (Marchiori 2004).

2.6 SÍNTESE

O processo de globalização tem influência direta no comércio internacional. O aumento de fluxos internacionais de bens e capitais, aliados ao acirramento da concorrência internacional, implicam um avançado processo de internacionalização da vida econômica. Devido à mobilidade de capitais, várias hierarquias corporativas encontram facilidade em instalar-se e abandonar territórios. O processo de globalização mundial, em alguns casos, ocasiona perda da autonomia e eficiência em políticas monetárias, gera também um maior grau de complexidade na formulação de políticas estratégicas de restrições a produtos importados.

Segundo as abordagens teóricas, o comércio internacional em geral proporciona vários ganhos às nações, porém ele pode prejudicar alguns grupos dentro das nações,

influenciando de forma significativa na distribuição de renda. A grande maioria das abordagens teóricas considera benéficos os ganhos das nações com o comércio internacional. Apesar desta concordância a adoção de políticas comerciais estratégicas implantadas pelo Estado é importante para proporcionar melhores condições para os exportadores locais.

A formação de blocos econômicos e de Acordos, ocasiona no âmbito do cenário internacional, a busca de vantagens e o aumento de exportações, a proteção do mercado interno através de vários tipos de restrições, objetivando a integração comercial sem perdas para as economias nacionais. As negociações acerca das liberalizações de vários produtos se dão de forma muito lenta e turbulenta, pois nenhum país quer correr o risco de ter seu mercado invadido por produtos externos nos setores em que a indústria nacional não seja competitiva.

3. SETOR TÊXTIL-CONFECÇÕES: DIMENSÃO DA PRODUÇÃO, MERCADO MUNDIAL E BRASIL

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é caracterizar o mercado têxtil-confecções no mundo e no Brasil, bem como apontar os principais acordos comerciais e as barreiras impostas no comércio internacional. Para um melhor entendimento, este capítulo está dividido em seis seções, sendo que a seção 3.1 refere-se à introdução em que se coloca o objeto de estudo; na seção 3.2, descrevem-se os aspectos da estrutura da indústria e o padrão de concorrência; na seção 3.3, discutem-se os acordos comerciais e as barreiras ao comércio internacional; na seção 3.4, é demonstrado o panorama da produção e comércio têxtil-confecções mundial; a seção 3.5 tratou de caracterizar a estrutura da indústria têxtil – confecções no Brasil; e, por fim, na seção 3.6, faz-se uma síntese conclusiva do capítulo.

3.2 ASPECTOS DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA E PADRÃO DE CONCORRÊNCIA

A partir dos anos 70, a indústria têxtil-confecções, no âmbito mundial, enfrenta vários períodos turbulentos ocasionados pelo aumento da concorrência, mudanças na demanda e inovações tecnológicas que provocaram mudanças das estratégias de produção em massa e padronizadas. O que se seguiu nas décadas de 80 e 90 foi uma profunda reestruturação das empresas dos países desenvolvidos baseadas na redução de custos via modernização do maquinário e uma reorganização da produção baseada na subcontratação da produção.

A modernização das máquinas resultou em um enorme ganho de produtividade, integrando e automatizando o processo produtivo têxtil de maneira a torná-lo muito mais intensivo em capital. Na indústria de vestuário, as principais inovações ocorreram no *design* do produto, na organização da produção e *marketing*, ou seja, ativos intangíveis. Os ativos intangíveis são fundamentais para a competitividade da indústria têxtil-vestuário. Estes ativos são caracterizados como ativos anteriores e posteriores à produção, tais como o *design*, desenvolvimento de produto, engenharia, *marketing*, canais de comercialização, marcas (preferivelmente globais), logística, manutenção e assistência aos fornecedores, capacidade de administração e coordenação da cadeia (Lupatini2004).

Os países desenvolvidos têm adotado uma estratégia empresarial direcionada para produtos da cadeia têxtil-confecções que se diferenciem dos grandes lotes produzidos por países em desenvolvimento, como os Tigres Asiáticos. O objetivo dos países desenvolvidos é a diferenciação de seus produtos, utilizando conceitos de moda, estilo e *design* atraindo o nicho de mercado que geralmente não é abrangido pelos produtores em grande escala, e não mais utilizando a concorrência via preço como um dos principais fatores de competitividade das empresas. Porém, para que as empresas possam acompanhar as tendências do mercado e as constantes mudanças da moda, é preciso uma flexibilização da produção, por isso lotes menores são necessários, bem como uma capacidade enorme de organização das empresas.

Para que as estratégias adotadas pelos países desenvolvidos tenham efeito, é necessário que a tecnologia esteja em constante atualização, permitindo novos processos produtivos, mais intensivos em capital, e o desenvolvimento de novas matérias-primas artificiais que independem de clima ou região para a sua produção. A utilização de fibras químicas e a melhoria da qualidade das fibras naturais possibilitaram um aumento na velocidade das máquinas. A mão-de-obra continua tendo importância principalmente para o manuseio de muitos dos equipamentos, que, apesar de modernos, necessitam de interferência de um operador. As empresas passaram a adotar estratégias de cooperação entre os vários elos da cadeia produtiva e comercialização, com o objetivo de redução de custos e ampliação de conhecimentos.

O segmento de confecções, em especial, permanece muito dependente de mão-de-obra, pois em muitas etapas da produção não foi possível substituir o trabalhador por processos automatizados. As empresas dos países desenvolvidos adotam estratégias de subcontratação e terceirização da produção nas etapas mais simples da produção, e os contratantes são responsáveis por etapas ligadas ao acabamento, *marketing*, *design*, que proporcionam maior valor agregado ao produto.

A relação entre os produtores de fibras químicas e seus usuários é um relevante fator determinante de competitividade. Para Gorini (2000), as empresas fornecedoras de fibras químicas devem estar alinhadas com as empresas que necessitam das fibras, e é importante que movimentos de integração e aproximação destas empresas sejam direcionados para o aumento da competitividade de toda a indústria.

De acordo com Fleury (2001), as empresas asiáticas investiram massivamente para a instalação de empresas integradas para a produção. É importante avaliar o comportamento individual de cada empresa, pois a entrada destas empresas asiáticas mudou radicalmente as estratégias adotadas pelas empresas ocidentais, que, por sua vez, venderam a grande maioria de suas plantas produtivas. Enquanto no cenário mundial o movimento é de integração dos elos da cadeia, o cenário brasileiro é bem diverso e é marcado por relações de conflitos entre as empresas responsáveis pela produção de matéria-prima utilizada na produção de fibras químicas, e por conflitos de interesses entre os vários elos da cadeia. Fatos como este ressaltam que o conceito de cadeia produtiva é muito significativa não só pelo aspecto técnico, mas, acima de tudo, pelo aspecto de estratégia e comportamento, visto que a falta de coordenação e o distanciamento entre os elos da cadeia prejudicam seriamente a competitividade, sobretudo de cadeias como as de fibras químicas que são altamente integradas sob o ponto de vista tecnológico.

A tendência geral das empresas de se afastarem do ramo de *commodities* e direcionarem sua produção para nichos diferenciados, a tendência clara das empresas subsidiárias de acompanharem as estratégias das matrizes (concentração em produção de fibras de alto valor agregado), e, por fim, uma tendência das empresas nacionais de se firmarem em uma posição de fornecedoras de produtos customizados, diversificados, são as principais estratégias das empresas no mercado nacional. Os requisitos necessários para as empresas produtoras de fibras incluem diversidade e entrega rápida, preço competitivo em nível internacional e qualidade, sendo que, na prática, a junção destes fatores é muito complexa, pois exige muito conhecimento em tecnologia e em gestão de produção (Fleury,2001).

Por sua vez, ainda conforme este autor, o desempenho das empresas na cadeia têxtil-confecções é cada vez mais função do entendimento e avaliação dos clientes, e a estratégia das empresas dos países desenvolvidos, que antes era focada na produção e determinada pelo mercado vendedor, agora passa a ser uma estratégia focada nos produtos e mercados. Tal mudança de foco provocou uma profunda reconfiguração na estrutura das empresas, a produção passou a ser influenciada pelo mercado, com rápidas mudanças em linhas de produtos, e flexível, com entregas rápidas e confiáveis. A cadeia têxtil-confecções passou a

ser comandada pelos compradores, que são os produtores com marca, os comercializadores com marca e os varejistas.

Os países desenvolvidos reagiram aos avanços das exportações de países em desenvolvimento com políticas econômicas de proteção e fomento para a sua indústria. As barreiras tarifárias e não-tarifárias, as restrições quantitativas de importação e o desenvolvimento de políticas industriais e tecnológicas ativas, objetivando o aumento de produtividade para concorrer com os baixos salários pagos nos países emergentes. Dentre as estratégias utilizadas pelos países desenvolvidos para a reestruturação da indústria, estão as políticas setoriais que incluíam um pacote de pesquisa e desenvolvimento, promoção de exportações e melhora da produtividade. Devido à alta concentração regional do setor, os países desenvolvidos promoveram subsídios, treinamento como forma de política de emprego. O *design* tornou-se um fator competitivo muito importante, as empresas dos países desenvolvidos recebem apoio governamental e incentivos para que as tendências e novidades em moda e estilo sejam disseminadas entre as empresas de menor porte, permitindo a consolidação de um estilo diferenciado no mercado externo.

Segundo Prochnik (2002), com o acirramento da concorrência internacional, os países mais desenvolvidos como os EUA e os países integrantes da União Européia foram invadidos por produtos têxteis de baixo custo oriundos principalmente da China e dos Tigres Asiáticos. A fim de contrapor esta concorrência, os países desenvolvidos estão buscando inovações tecnológicas em nível da cadeia automação de processos e inovações mercadológicas, dentro de cada elo, a especialização em segmentos mais intensivos em capital e a transferência de processos menos eficientes para países vizinhos. Por sua vez, as empresas de países em desenvolvimento que se encontram mais bem sucedidas, entre os quais os Tigres Asiáticos, se esforçam para empregar as mesmas técnicas utilizadas em países desenvolvidos com custos mais baixos para desenvolver as mesmas inovações tecnológicas, transferências de atividades menos eficientes para países vizinhos ao destino de suas exportações, aumento de sua autonomia frente aos compradores.

Para os países em desenvolvimento, porém com menor renda *per-capita*, principalmente os que estão próximos aos grandes mercados desenvolvidos (proximidade do México e dos EUA; e do Norte da África com a União Européia), pretendem ampliar sua participação em processos mais intensivos em mão-de-obra, aprimorar produtos e

processos visando ao aumento do valor dos produtos, expansão de suas empresas. O Brasil, que viu seu mercado recentemente ser invadido por produtos externos, possui uma participação muito pequena no comércio mundial, e no elo têxtil, o Brasil se especializa em manufaturas de produtos à base de fibras naturais, enquanto o mercado consumidor internacional de fibras químicas tem crescido rapidamente (Prochnik, 2002).

Para Lupatini (2004), a tecnologia segue algumas rotas de soluções em termos de dinamismo no segmento de fiação, tecelagem, setor de acabamento e setor de confecções que, respectivamente, são o desenvolvimento de espessura e resistência de fios, o aumento da velocidade e a redução de perdas com manutenção, a redução do consumo de energia e a melhoria nos moldes de base com vários tamanhos e flexibilidade de operações.

Estratégias da empresas brasileiras

Neste contexto, a partir da abertura comercial dos anos 90 até os dias atuais, as empresas têm adotado estratégias distintas, dentre as quais, a fusão das empresas e a atualização de equipamentos no setor têxtil, a principal estratégia competitiva. No segmento vestuário, a principal estratégia tem sido a terceirização. Outra mudança recente da indústria têxtil-confecções são os esforços em ativos imateriais buscando o desenvolvimento de produtos, marcas e *design*. Estes esforços são observados nas grandes empresas integradas exportadoras e nas malharias que terceirizam a etapa de costura. Empresas produtoras de fibras químicas principalmente de capital estrangeiro estão financiando a indústria da moda no Brasil através de campanhas e desfiles, tornando-se conhecidas no mercado e agregando valor aos seus produtos. A desverticalização de empresas nos últimos anos provocou a migração de plantas produtivas sobretudo do sudeste para o nordeste, porém o deslocamento das etapas e funções imateriais foi com muito menos intensidade. São estas funções que garantem um comando da cadeia e um ganho mais elevado.

3.3 OS ACORDOS COMERCIAIS E AS BARREIRAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As tarifas médias de importações para produtos do segmento têxtil-vestuário estão bem acima das praticadas no segmento dos manufaturados, conforme indica a Tabela 1. Os EUA, por exemplo, aplicam uma tarifa média de 3% para produtos manufaturados e de

12% para produtos do segmento vestuário. Os países da América Latina têm em média tarifas de importação mais elevadas do que os países desenvolvidos, enquanto a tarifa média dos países desenvolvidos para produtos do segmento vestuário é de 12,2 %, a tarifa média aplicada em países da América Latina é de 28,3%.

Tabela 1. Tarifas médias de países selecionados, ponderadas pelas importações %.

PAÍS	Manufaturas	Têxteis	Vestuário
PAÍSES DESENVOLVIDOS	3.1	8.1	12.2
Canadá	3.2	10	18.3
União Européia	3.5	8.2	11.7
EUA	3.0	8.1	12.0
AMÉRICA LATINA	14.1	19	28.3
Argentina	15.3	20.1	22.8
Brasil	15.9	18.9	22.4
Chile	9.0	9.0	9.0
Colômbia	10.5	17.1	19.5
Costa Rica	3.9	7.6	13.9
República Dominicana	17.8	21.1	27.1
México	14.8	20.3	34.7

Fonte : Trade and Development Report, 2002 *apud* Prochnik.

As tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos no segmento vestuário são maiores que as tarifas aplicadas no segmento têxtil, dando indícios de que as tarifas aplicadas em produtos com maior nível de processamento são mais elevadas nestes países, ocasionando um viés na estrutura produtiva dos países em desenvolvimento (Prochnik 2002).

Os EUA impõem quota global e quotas específicas por produto às importações de fios, tecidos e confecções provenientes do Brasil. As importações norte-americanas de produtos têxteis brasileiros, cobertas pelo regime Multilateral, apresentam queda sistemática até 1998, quando atingiram US\$ 124 milhões, completando uma queda de mais de 50% em cinco anos, sendo que, a partir de 1999, a tendência de queda foi revertida em função especialmente da desvalorização do Real frente ao dólar, quando foi registrado incremento de 5%, em relação ao ano anterior. A remoção de quotas norte-americanas de importação para certos tecidos provenientes de países como Tailândia, Indonésia, Malásia, Turquia e Egito confere tratamento discriminatório aos demais países produtores de tecidos como o Brasil, e os coloca em desvantagem. As tarifas de importação norte-americanas

para produtos têxteis encontram-se entre as mais altas do mercado, podendo chegar, em numerosos casos, a 38% .

A UE aplica regimes especiais de importação, dando prioridade ao consumo de produtos comunitários e protegendo o mercado contra importações. O setor têxtil tem sido um dos mais sensíveis neste mercado, em consequência disto, são negociados vários acordos de contingenciamento de importações com seus principais fornecedores, onde o Brasil está incluído. Hoje o Acordo Brasil-União Européia sobre o comércio de produtos Têxteis é regido pelo Acordo sobre Têxteis e Vestuários (ATC) da OMC – Organização Mundial do Comércio que entrara em vigor em 1º de janeiro de 1995, em substituição ao acordo Multifibras. O ATC prevê a eliminação das restrições às importações de têxteis e vestuário em quatro estágios num período de dez anos. No entanto, entre os produtos incluídos na lista de integração (universo de produtos a serem integrados ao GATT abrangendo todos os itens tarifários relativos a produtos têxteis e vestuário) encontram-se tanto os produtos com restrições quanto aqueles sem restrições. Com isso, faz-se possível a integração de produtos que não sofriam restrições, fazendo com que a efetiva liberalização das importações só venha a ocorrer nos últimos estágios de integração, ou seja, ao final dos dez anos. No caso dos EUA, das 750 quotas existentes, apenas duas foram eliminadas durante os dois primeiros estágios .

Os países desenvolvidos, membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de acordo aprovado em outubro de 1970 pela Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, estabelecem o Sistema Geral de Preferências (SGP), mediante o qual concedem redução parcial ou total do imposto de importação incidente sobre determinados produtos, quando originários e procedentes de países em desenvolvimento. O benefício do SGP consiste na redução parcial ou total da tarifa de importação incidente sobre determinado produto originário e procedente de países em desenvolvimento

As tarifas aplicadas para países com acesso preferencial são bem inferiores as aplicadas aos demais países, conforme indicado na Tabela 2, países do Leste Europeu, que participam com 3,6% do percentual importado pela União Européia em 1990, passam para 10,9% no ano 2000. Países como China e Índia, que não possuem acesso preferencial,

praticamente mantiveram suas participações inalteradas tanto no mercado americano quanto no mercado da União Européia, em virtude da aplicação de taxas elevadas.

Tabela 2. Tarifas de importação e importações de artigos do vestuário para a União Européia e os Estados Unidos, 1990,2000 %.

ANO	Tarifa vigente 2000	Tarifa aplicada 2000	Participação importações 1990	Participação importações 2000
Importações da União Européia de países com acesso preferencial				
África do Norte	12,2	0,0	4,9	7,2
Leste Europeu	12,2	0,0	3,6	10,9
Turquia	12,0	0,0	5,4	7,4
Importações da União Européia de outras economias				
China	11,1	9,2	5,1	10,6
Índia	10,8	9,0	2,8	3,4
México	9,9	6,0	0,0	0,0
NIEs	11,9	11,9	11,1	8,6
ASEAN-4	10,8	8,9	4,2	5,5
Importações dos EUA de países com acesso preferencial				
México	12,9	0,8	2,6	13,1
Importações dos EUA de outras economias				
China	9,3	9,3	13,6	13,3
Índia	11,5	11,3	2,6	3,2
África do Norte	11,8	11,8	0,4	0,8
Leste Europeu	13,1	13,0	0,5	0,6
NIEs	12,6	12,6	40,6	15,0
ASEAN-4	11,8	11,6	11,2	12,1
Turquia	11,5	11,4	1,3	1,7

Fonte: UNCTAD *apud* Prochnik (2002).

As tarifas vigentes e impostas pelo Brasil às importações de produtos da cadeia têxtil-confecções estão expostas na Tabela 3 e indicam tarifas acima das praticadas em países desenvolvidos, ficando em 20% na maior parte dos produtos.

Tabela 3. Tarifas de imposto de importação da cadeia têxtil-confecções no Brasil -2001 %.

Seda	
Seda crua	6.5%
Fios (não acondicionados)	16.5%
Fios (acondicionados)	18.5%
Tecidos diversos	20.5%
Lã	
Lãs/Pelos	10.5%
Lã cardada	12.5%
Fios	18.5%
Tecidos	20.5%
Lã (fios) cardados	16.5%
Algodão	
Pluma	8.5%
Linha de costura	16.5%
Fios	16.6%
Tecidos	20.5%
Linho	
Linho em bruto	8.5%
Fios	16.5%
Tecidos	20.5%
Linhas de costura com filamentos sintéticos e artificiais	
Poliéster	18.5%
Artificiais	18.5%
Nylon	18.5%
Tecidos com filamentos sintéticos e artificiais	
Todos	20.5%
Tecidos de veludo	
Veludos	20.5%
Pelúcia	20.5%
Atoalhados	20.5%
Outros	20.5%
Etiquetas	
Fitas	20.5%
Etiquetas	20.5%
Bordados	20.5%
Outros	20.5%
Vestuário em geral	
Masculino /feminino/Infantil	22.5%

Fonte: Lafis (2001, pág. 44), *apud* Prochnik (2002).

Os produtos brasileiros exportados para os EUA, em 2001, sofrem uma alíquota média de 11,5%, para acessar o mercado norte-americano, enquanto os produtos com origem nos EUA e destinados ao mercado brasileiro sofrem uma tarifação média de 15,5%,

cerca de 4% acima das praticadas pelos americanos, indicando um forte protecionismo no mercado de têxteis-confecções no Brasil.

Tabela 4. Alíquota média dos principais produtos brasileiros da cadeia têxtil-confecções exportados e importados para os Estados Unidos e União Européia, em 2001 %.

	BRASIL/EUA	EUA/BRASIL	BRASIL/UE	UE/BRASIL
(1) Tarifa média das exportações dos principais produtos	11,5%	15,5%	4,7%	17,0%
(2) Exportação dos principais produtos da cadeia têxtil confecções (US\$ mil)	230.705	109.283	173.170	116.842
(3) Participação da exportação dos principais produtos nas exportações totais (importações) do Brasil	83,9%	79,3%	83,0%	55,4%
Número de produtos considerados	20	50	20	40

Fonte: Prochnik 2002.

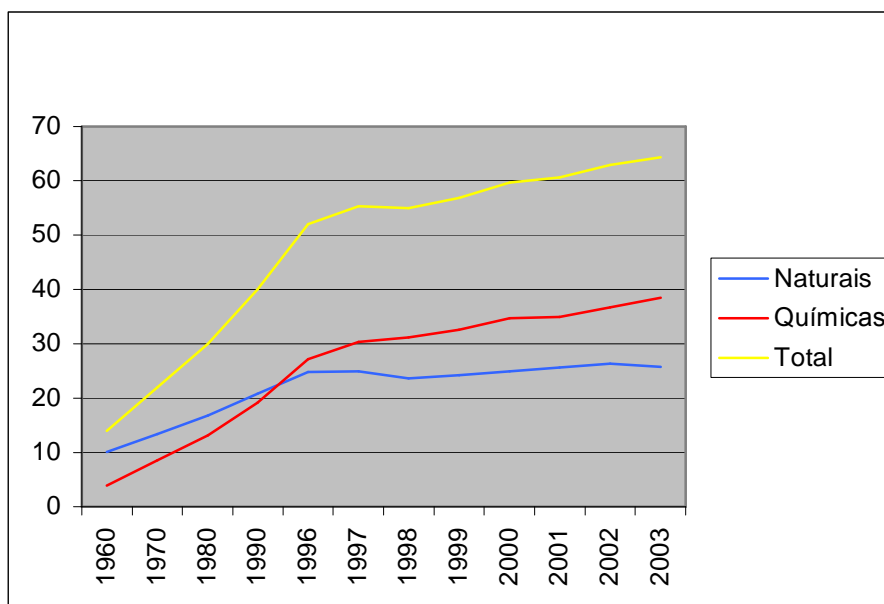
No final de 1993, após 20 anos de prorrogações do Acordo Multifibras, firma-se um novo Acordo, o ATV- Acordo de Têxteis e Vestuário, com o objetivo de eliminar gradativamente, ao longo de dez anos, as restrições aplicadas no Acordo Multifibras. O ATV foi considerado um acordo de transição, eliminando os acordos negociados bilateralmente e passando a seguir regras estabelecidas pelo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), além de aumentar as cotas a uma taxa fixa de exportação de produtos que continuariam sob restrições. A implementação do ATV ocorre de forma lenta devido as várias medidas antidumping criando novas restrições.

De acordo com Prochnik (2002), no início, os países importadores são obrigados a liberar restrições de cotas de produtos que representam pelo menos 16% de suas importações em 1995. Em 1998, mais produtos são liberados de cotas de importação, cerca de 18%, e em 2002, outra fatia de produtos, representando 17%, é liberada de restrições. Porém, existem vários problemas, pois incide somente sobre cotas vigentes e não tarifas. Outro ponto importante é que a OMC – Organização Mundial do Comércio constata que o cálculo das quotas é feito através do volume, e desta forma, atinge principalmente produtos menos sofisticados e de baixo custo.

3.4 PANORAMA DA PRODUÇÃO E COMÉRCIO TÊXTIL CONFEÇÕES MUNDIAL

Na maioria dos países, a indústria têxtil-confeções foi indutora de desenvolvimento, tanto nos países desenvolvidos quanto em países emergentes. No Brasil, esta importância também está presente e a indústria têxtil-confeções tem desempenhado um papel muito relevante no seu desenvolvimento, crescimento e industrialização. O uso de matérias-primas, novos processos de beneficiamento e acabamento possibilitaram uma maior utilização de fibras artificiais e sintéticas, que apresentam algumas vantagens em relação às fibras naturais, tais como ter sua produção isenta de problemas como a safra e o clima e geralmente possui um preço inferior aos consumidores.

Neste aspecto, observa-se que a partir de 1995, na Figura 1, o consumo mundial de fibras artificiais ou químicas passa a ser maior do que o consumo de fibras naturais, e esta tendência é confirmada nos anos seguintes, sendo que em 2003 o consumo de fibras químicas no mundo chega a 38,5 milhões de toneladas, ao passo que o consumo de fibras naturais atinge 25,8 milhões de toneladas.



Fonte: Fiber Organon, apud Brasil têxtil-IEMI, 2005.

Gráfico 1 - Consumo mundial de fibras têxteis, 1960, 1970, 1980, 1990, 1996 -2003 toneladas/ milhares.

Com base nestes dados, pode-se considerar as fibras químicas importantes impulsionadores do processo de aumento da demanda no consumo de têxteis em todo o mundo. Um aspecto muito importante a ser destacado é que os artigos confeccionados têm superado os outros segmentos têxteis, passando a representar a maior parcela exportada pelo setor .

A Tabela 5 demonstra que o Brasil é um importante produtor mundial de têxteis, ocupando a 7º posição na produção de têxteis e a 6º posição na produção de confeccionados. Porém, devemos observar que a participação brasileira no comércio mundial é muito pequena, de acordo com a tabela 6, ocupando a 41º posição no ranking dos maiores exportadores mundiais e a 45º colocação entre os países que mais importam artigos têxteis e confeccionados, o que corresponde a um valor inferior a 1% do comércio mundial.

Tabela 5. Países produtores de têxteis-confeccções – 2003 toneladas/milhares

Países	Têxteis	Confeccções (2)
1. China (1)	14.944	11.987
2. Índia	4.118	3.772
3. Estados Unidos	2.625	2.486
4. Turquia	2.084	1.854
5. México (2)	1.216	1.832
6. Brasil (IEMI)	1.618	1.684
7. Coréia do Sul (2)	3.500	1.642
8. Tailândia (2)	1.250	1072
9. Taiwan	2.648	1.037
10. Paquistão	1.486	925
11. Canadá (2)	388	919
12. Romênia (2)	150	859
13. Japão	1.029	793
14. Polônia (2)	262	784
15. Colômbia (2)	214	534
Subtotal	37.529	32.178
Outros	14.966	12.442
Total (2)	52.495	44.620

Fonte: ITMF – Fiber Organon – IEMI

Notas: (1) – Inclui Hong Kong;

(2) – Estimativas;

É importante observar a ausência da Itália entre os principais produtores mundiais de têxteis, isto se deve porque os valores discriminados na tabela são em toneladas e não em US\$, e a Itália é um grande produtor em segmentos de alto valor agregado. Desde os anos 60 a participação dos países desenvolvidos na produção mundial vem se reduzindo, ou pelo menos permanecendo estável em alguns casos, enquanto os países em desenvolvimento apresentam taxas de crescimento. Esta condição, em alguns casos, é explicada pelo menor interesse por parte dos países desenvolvidos, tais como o Japão, em investir na produção de outros produtos com maior valor agregado, pela redução da demanda interna por artigos de vestuário e por restrições impostas as suas exportações (Lupatini, 2004).

A China se apresenta como o principal produtor mundial, tanto no segmento de têxteis como no segmento de confecções, seguida pela Índia e pelos EUA . A posição do México se deve principalmente, segundo Gorini (2000), por ser considerado o principal *locus* para a confecção de grandes compradores dos Estados Unidos, e os países Asiáticos são alvo da realocação da produção de grandes compradores dos Estados Unidos e da Europa buscando baixo custo.

Segundo Gorini (2000), além das mudanças tecnológicas outros fatores apresentaram mudanças significativas, dentre elas, a importância do comércio intrabloco (Nafta; União Européia e as regiões do norte da África e sul da Ásia; etc) e a força exercida por países periféricos (Coreia do Sul, Hong Kong, Tailândia, Índia e Paquistão) forçaram os países e blocos que até então eram considerados produtores tradicionais (EUA e Europa), as mudanças profundas nos preços dos produtos na qualidade, diferenciação de produtos, e uma organização do comércio intrabloco, reunindo a alta tecnologia encontrada nestes países com a mão-de-obra barata dos países periféricos. Desta forma, as indústrias têxteis norte-americana e européia focaram seus investimentos em novas tecnologias para a concepção de produtos diferenciados, estratégias de venda, tornando-se muito mais intensivas em capital e deixando de concorrer diretamente com produtos de pequeno valor agregado provenientes da Ásia, especializando-se em nichos mais lucrativos.

Neste sentido, Gorini (2000) acrescenta que, além dos investimentos em novas tecnologias, ocorreu a integração de empresas voltadas para fases distintas do processo têxtil, e a histórica fragmentação do setor foi em grande parte substituída por redes de

ateliês de *design*, fornecedores de matéria-prima, tecelagens e grandes cadeias varejistas, cuja cadeia logística foi otimizada via informatização. Acordos internacionais e o papel do Estado foram importantes para estas transformações, pois, além do protecionismo, proporcionaram uma reestruturação industrial na União Européia e nos Estados Unidos principalmente.

Os fatores mencionados anteriormente foram de suma importância para que grande parte dos países se mantivesse entre os principais exportadores desde a década de 80, adaptando-se, na maioria dos casos, às mudanças ocorridas no mercado mundial. A Tabela 6 mostra os principais exportadores mundiais, na qual a China aparece como o maior exportador mundial destacando-se especialmente no segmento de confeccionados devido ao baixo valor da mão-de-obra empregada, e sendo um dos principais fatores de baixo custo neste segmento. Contudo, deve-se enfatizar também países como Itália e Alemanha, onde a mão-de-obra é de alto custo e os mesmos são, respectivamente, o 3º e o 4º no *ranking* de exportações mundiais de têxteis e confecções.

Tabela 6. Principais países exportadores de têxteis-confecções–2003

milhões US\$/FOB.

Países	Têxteis	Confecções	Total
1. China	26.901	52.061	78.962
2. Hong Kong(1)	13.084	23.152	36.236
3. Itália	13.837	15.010	28.847
4. Alemanha	14.043	9.133	23.176
5. Estados Unidos	10.917	5.537	16.454
6. Turquia	5.244	9.937	15.181
7. França	7.553	6.623	14.176
8. Coréia do Sul	10.122	3.605	13.727
9. Índia	6.510	6.459	12.969
10. Bélgica	7.240	5.029	12.269
11. Taiwan	9.321	2.113	11.434
12. Países Baixos	5.012	4.485	9.497
13. México	5.102	7.343	9.445
14. Reino Unido	4.581	4.093	8.674
15. Paquistão	5.811	2.710	8.521
41. Brasil	1.033	623	1.656
Subtotal	143.311	157.913	301.224
Outros	26.109	68.027	94.136
Total	169.420	225.940	395.360

Fonte: OMC- Organização Mundial do Comércio

Nota: (1) – inclui reexportação

De acordo com Lupatini (2004), para países em desenvolvimento, adicionam-se dois fatores restritivos à incorporação de novas tecnologias, em primeiro lugar, o altíssimo custo do capital em função das altas taxas de juros aplicadas, e em segundo lugar, as restrições ao crédito. A formação dos blocos comerciais, o aparato institucional/regulatório e a estrutura industrial dos países influenciam fortemente para a configuração da indústria têxtil-confecções mundial. Assim, frente ao baixo custo da mão-de-obra dos países em desenvolvimento, políticas comerciais e acordos internacionais são utilizados para proteger países mais desenvolvidos e com maior influência no mercado internacional.

As participações crescentes dos países em desenvolvimento nas exportações têxteis mundiais sobretudo os asiáticos (China, Hong Kong, Coreia e Taiwan), não se deve somente às vantagens do baixo custo do trabalho nestes países, mas cada vez mais ao processo de aprendizado e aos ganhos de capacidades industriais e tecnológicas ocorridos nestes países. Em relação à participação nas exportações de confecções no mercado mundial, os países desenvolvidos também vêm perdendo espaço. Entretanto, Estados Unidos e Itália destacam-se pela permanência entre os primeiros no *ranking* das exportações, e esta permanência é derivada de um histórico de potencial em segmentos com diferenciação de produtos, preços e *design* (Lupatini 2004).

Os EUA são o maior importador mundial de têxteis e confeccionados, conforme a Tabela 7 em 2003, este valor alcança mais de US\$ 89 bilhões. De acordo com Gorini (2000), os principais fornecedores do mercado norte-americano são China e México e os principais fornecedores da União Européia são Turquia e China, além do próprio comércio intra-europeu.

Tabela 7. Principais países importadores de têxteis-confecções -2003 milhões US\$/FOB

Países	Têxteis	Confecções	Total
1. Estados Unidos	18.289	71.277	89.566
2. Alemanha	10.951	20.968	31.919
3. Hong Kong(1)	12.929	15.946	28.875
4. Japão	5.035	19.485	24.520
5. Reino Unido	7.373	16.378	23.751
6. França	7.566	14.153	21.719
7. Itália	8.616	8.700	17.316
8. China	14.217	1.422	15.639
9. Países Baixos	3.785	6.751	10.536
10. Espanha	4.384	6.084	10.468
11. Bélgica	3.971	5.859	9.830
12. México	5.461	3.034	8.495
13. Canadá	3.857	4.502	8.359
14. Rússia	1.929	3.710	5.639
15. Áustria	2.003	3.472	5.475
45. Brasil	946	116	1.062
Subtotal	111.312	201.857	313.169
Outros	58.108	24.083	82.191
Total	169.420	225.940	395.360

Fonte: OMC – Organização Mundial do Comércio

A participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional da indústria têxtil-confecções é predominante. Todavia, é importante ressaltar que isto não significa necessariamente que os mesmos se apropriam da maior parte dos ganhos, o que acontece é bem ao contrário, devido às práticas na divisão internacional do trabalho na indústria têxtil-confecções, as empresas dos países desenvolvidos fornecem matérias-primas e especificações para as empresas dos países emergentes, e depois fazer a reexportação. No que se refere à importação da indústria têxtil-confecções outros países que se destacam segundo a Tabela 7, são: Alemanha, Hong Kong, Japão, Reino Unido, França e Itália. Se comparar a Tabela 6 e a Tabela 7, pode-se notar que a maioria dos grandes importadores foram deficitários, com exceção da Itália e Hong kong, que têm saldos positivos na balança comercial têxtil-confecções. O Brasil se encontra na 45ª posição, com US\$ 946 milhões, importados em 2003.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA TÊXTIL-CONFECÇÕES NO BRASIL

3.5.1 A PRODUÇÃO DO SETOR TÊXTIL CONFECÇÕES, EVOLUÇÃO E INVESTIMENTOS

Para Gorini (2000), o setor têxtil brasileiro foi muito afetado pela abertura comercial em 1990, sendo que esta abertura realizada de forma abrupta não estabeleceu mecanismos imediatos para proteger a indústria contra as importações subfaturadas e *dumping* comercial. A partir da década de 90, com o processo de liberalização do mercado, e principalmente a partir de 1994, com o intuito de uma maior inserção da economia brasileira no comércio mundial, a indústria têxtil passa a absorver este processo de mudança, buscando uma reestruturação no processo produtivo, objetivando o alcance do mercado externo, bem como a competitividade interna com produtos oriundos do exterior.

O setor têxtil brasileiro, após a liberalização dos mercados em 1990, começa a reestruturar-se progressivamente, rompendo os padrões vigentes até então e tendo como resultado o forte impacto sobre os estabelecimentos e os empregos. A concorrência de produtos importados no segmento têxtil força a indústria nacional a investir maciçamente em tecnologia e equipamentos, sendo que as empresas com poucos recursos para continuar neste mercado altamente competitivo estão destinadas ao fechamento ou venda para grupos maiores, induzindo, cada vez mais, a um menor número de unidades. Os efeitos da abertura comercial e a invasão de produtos oriundos de países asiáticos forçam as empresas nacionais à desverticalização de processos produtivos, à realocação de plantas produtivas em busca de mão-de-obra barata e à redução de custos com incentivos fiscais de outros estados, tais como os da região Nordeste (Massuda, 2002)

O aumento do número de empresas, principalmente informais, o incentivo à implementação de cooperativas de trabalho e a terceirização da produção constituem fatores favoráveis ao aumento do número de unidades produtivas no setor de confeccionados. A disponibilidade de mão-de-obra treinada e de matéria-prima já é condição suficiente para que uma pequena unidade faça parte deste segmento, pois não existem muitas barreiras de entrada e o volume de investimentos para o início da produção é relativamente baixo.

Tabela 8. Número de empresas do setor têxtil confecções por segmento no Brasil - 1990, 1995, 2000 – 2004

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Têxteis	7.244	5.278	4.463	4.500	4.503	4.130	3.847
Fiações	1.179	661	360	360	363	364	359
Tecelagens	1.481	984	434	425	431	437	448
Malharias	3.766	3.019	3.195	3.250	3.261	2.874	2.546
Beneficiamento	818	614	474	465	448	455	494
Confeccionados	15.368	17.066	18.797	18.438	17.766	18.060	19.042
Vestuários	13.283	13.908	15.634	15.367	14.767	15.156	16.531
Meias e acessórios	731	1.235	1.235	1.290	1.256	1.189	995
Linha Lar	1.062	1.498	1.501	1.325	1.291	1.255	1.020
Outros(1)	292	425	427	456	452	460	496
Total	22.612	22.344	23.260	22.938	22.269	22.190	22.889

Fonte: IEMI (2005)

Notas: (1) – artigos técnicos e industriais;

A Tabela 8 demonstra que o número de unidades produtoras de têxteis passa de 5.278, em 1995, para 3.847 em 2004, uma redução de mais de 800 unidades. Estes indicadores podem representar os reflexos de importações de produtos e equipamentos para o setor, como também a redução do número de empresas e empregos. Verifica-se que o setor de confecções ao contrário do setor têxtil, apresenta, de 1995 a 2004, um aumento de quase 2000 unidades em 10 anos.

Sob o aspecto produção por segmento em dólares, deve-se levar em consideração a cotação do dólar frente ao real, pois quando o real está mais valorizado frente ao dólar, o valor da produção em dólares é maior. O segmento têxtil, de acordo com a Tabela 9, produz US\$ 18 bilhões, em 2000 apresentou uma produção um pouco superior a US\$ 16 bilhões. O segmento confecções produz, em 1995, mais de US\$ 30 bilhões, esta produção reduz US\$ 2 bilhões em 2000, e em 2002 chegou a US\$ 18,870 bilhões, em 2003 e 2004 o valor desta produção aumenta, tanto pelos aumentos registrados nos volumes produzidos quanto pela valorização do real ocorrida em 2004.

Tabela 9. Produção brasileira de têxteis-confecções por segmento em valores -1990, 1995,2000-2004
milhões US\$/FOB.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Têxtil ¹	18.839,3	18.216,4	16.249,0	14.009,8	12.571,6	12.887,9	15.857,7
Fios	5,206,3	4.547,5	4.266,0	3.249,4	2.970,7	3.109,5	3.835,7
Tecidos	10.515,8	10.383,7	8.378,9	7.953,4	7.102,7	7.227,1	9.035,6
Malhas	3.117,2	3.285,2	3.604,1	2.807,0	2.498,2	2.551,3	2.986,4
Confecç.¹	30.174,1	30.456,6	28.752,6	21.750,4	18.870,2	20.047,6	23.397,3
Vestuário	23.056,9	23.419,3	21.475,7	16.146,4	12.799,3	13.078,6	15.320,5
Meias e acess.	638,5	644,7	495,7	412,8	458,8	502,9	587,6
Linha Lar	2.304,2	1.975,1	2.284,3	1.684,7	1.751,9	1.953,6	2.343,0
Outros	4.174,5	4.417,5	4.496,9	3.506,5	3.860,2	4,512,5	5.146,2

Fonte: IEMI (2005)

Notas: 1 – valores calculados a partir do preço médio a vista dos artigos na fábrica, sem ICMS, custos de frete e vendas;

Na Tabela 10 observa-se que ocorreu um aumento no volume produzido de têxteis no período correspondente a 1995, 2000 de quase 500 mil toneladas e no segmento confecções este mesmo período apresenta um acréscimo de mais de 400 mil toneladas. Os referidos dados podem levar a concluir que tais resultados são devido aos investimentos aplicados a partir da reação das indústrias à abertura comercial. Devido ao processo de modernização que ocorre nestas, o reflexo sobre o produto-emprego foi direto, ocorrendo uma queda no número de empregos e um aumento no nível de produtividade.

Tabela 10. Produção brasileira têxtil-confecções por segmento em volume – 1990, 1995, 2000-2004
toneladas/milhares.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Filamentos ¹	168,1	224,1	294,5	280,1	279,4	299,2	318,0
Têxtil ²	1.309,6	1.291,0	1.738,5	1.576,2	1.505,2	1.472,1	1.574,6
Fios	1.141,5	1.066,9	1.444,0	1.296,1	1.225,8	1.172,9	1.256,6
Tecidos	803,0	875,2	1.084,7	1.232,4	1.219,8	1.179,4	1.313,0
Malhas	319,3	350,8	497,0	490,2	477,4	443,8	453,9
Confecç.³	820,0	1.229,7	1.635,9	1.624,2	1.699,5	1.683,8	1.739,7
Vestuário	467,0	796,0	1.053,3	1.041,5	1.017,7	994,9	1.022,5
Meias e acess.	11,4	20,2	20,4	20,5	22,5	21,9	22,1
Linha Lar	188,3	243,2	367,1	346,9	410,8	411,7	429,0
Outros	153,3	170,3	195,1	215,3	248,5	255,3	266,1

Fonte: IEMI/ABRAFAS/AFIPOL

Notas: (1) – produção de filamentos têxteis. Inclui polipropileno/polietileno;

(2) – a produção total têxtil, por critério, é medida pelo volume de fios + filamentos têxteis;

(3) – calculada a partir do consumo de suas matérias primas básicas (tecidos planos/malhas/etc);

Apesar das várias turbulências enfrentadas pelo setor, a Tabela 11 exibe um crescimento da produção de têxteis na maioria das regiões. A região Sudeste é a única que apresenta queda de mais de 10% na participação produtiva de confeccionados. O deslocamento de indústrias da região Sudeste para as regiões Nordeste e Sul de Minas Gerais faz parte da estratégia de recuperação da competitividade, relacionada aos baixos custos de mão-de-obra e a incentivos fiscais da região (Massuda, 2002).

Tabela 11. Evolução da participação percentual das regiões na produção de têxteis-confeccções no Brasil – 1990,2004 %.

Setores	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		C. Oeste		Total
	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	
Fios	2,7	0,7	24,9	37,0	55,2	35,6	17,2	26,5	0,0	0,2	100,0
Tecidos	3,1	2,9	17,6	20,8	65,6	62,8	12,8	12,9	0,9	0,6	100,0
Malhas	0,2	0,2	2,8	9,2	39,9	30,8	55,7	58,9	1,4	0,9	100,0
Confecç.	2,8	4,3	8,0	12,4	66,6	54,7	21,6	24,8	1,0	3,8	100,0
Média	2,2	2,0	13,3	19,9	56,8	45,9	26,8	30,8	0,9	1,4	100,0

Fonte: IEMI (2005)

Segundo Gorini (2000), os maiores investimentos realizados pelo programa têxtil do BNDES são destinados às regiões Sudeste e Nordeste, especialmente na produção de fios e tecidos, e a produção em altas escalas de *commodities* de algodão. O Nordeste está concentrando sobretudo produtos com produção em escala, o Sul do país concentra principalmente produtores de cama, mesa e banho e malhas de médio e pequeno porte, o Sudeste concentra principalmente a produção de sintéticos e artificiais, tais como os produtores de matérias-primas.

Por sua vez, a distribuição regional da produção de confeccionados está concentrada nas regiões Sul e Sudeste, que em 2004 corresponde, respectivamente, a 24,8 % e 54,7 % da produção nacional. O Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntos correspondem apenas a 20% da produção nacional de confeccionados. O bom desempenho de regiões como o Norte e Nordeste está ligado à pulverização da produção de confecções em busca de mão-de-obra barata do trabalhador nordestino (mesmo com baixa produtividade por falta de capacitação), visando ao aumento da eficiência.

O número de empregados no setor têxtil também sofre redução se comparar o período 1995 a 2004. Na tabela 12, observa-se a exclusão de mais de 140.000 postos de trabalho, grande parte deles também se deve às mudanças tecnológicas e à modernização do

complexo têxtil. O processo de modernização implementado pela indústria, aliado à concorrência externa, e taxas cambiais muitas vezes desfavoráveis aos produtores internos são responsáveis pela extinção de mais de 290.000 empregos no segmento de confeccionados (1995-2004).

Tabela 12. Número de empregados da cadeia têxtil-confeccões por segmento no Brasil 1990,1995, 2000 -2004
milhares.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Têxteis	893	449,4	339,3	332,2	298,7	301,2	311,5
Fiações	272,0	132,5	91,9	90,6	76,2	75,6	77,8
Tecelagens	401,7	162,3	99,2	97,7	94,7	93,8	97,6
Malharias	150,7	115,0	118,7	119,0	99,8	103,5	106,7
Beneficiamento	69,4	39,6	29,5	24,9	28,0	28,3	29,4
Confeccionados	1.755,8	1468,1	1.233,2	1.191,8	1.134,8	1.146,6	1.171,5
Vestuários	1.510,9	1.209,2	1.039,9	1.006,6	953,7	966,2	996,4
Meias e Acessórios	78,7	104,3	72,9	70,2	68,3	66,2	55,4
Linha Lar	131,8	121,8	95,5	91,1	88,5	89,1	93,9
Outros	34,4	32,8	24,9	24,0	24,3	25,1	25,8
Total	2.649,6	1.917,5	1.572,5	1.524,0	1.433,5	1.447,8	1483,0

Fonte: IEMI (2005).

Conforme Gorini (2000), o deslocamento regional da produção para o Nordeste brasileiro e o Sul de Minas Gerais se faz necessário para que a indústria alcance o nível de competitividade desejada, e a introdução de cooperativas de trabalhadores subcontratados na confecção, isentos de encargos sociais e remuneração de acordo com sua produtividade, contribuem para a redução dos custos de produção.

Lupatini (2004) enfatiza que, a partir dos anos 90, ocorre o deslocamento de empresas do Sudeste para a região Nordeste impulsionadas pelos custos de trabalho menores, crédito e incentivos fiscais. Salienta que a redução dos custos de produção ligada a relações de subcontratação no Nordeste e Sul de Minas muitas vezes busca a competitividade por via espúria, baseada em incentivos fiscais e precarização das relações de trabalho, e esta é uma característica marcante na indústria têxtil nacional e internacional.

Segundo Massuda (2002), a modernização do parque têxtil a partir dos anos 90 teve como principais reflexos o aumento das importações de produtos e de equipamentos para o setor, da mesma forma que a redução do número de empresas e empregos. A indústria têxtil brasileira encontra-se em vários estágios tecnológicos geralmente de acordo com o porte, ou seja, as empresas de grande porte, exportadoras e expostas ao mercado internacional,

inevitavelmente passaram por um processo de modernização forte, fazendo investimentos elevados, porém, a grande maioria das empresas de pequeno e médio porte não adentram por processos mais acentuados de modernização.

Tabela 13. Investimentos em máquinas do setor têxtil-confecções no Brasil– 1990, 1995 e 2000-2004
milhões US\$/FOB.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Fiação	239,2	248,8	168,8	177,7	178,5	128,5	166,8
Tecelagem	96,9	179,8	103,8	100,1	71,9	71,5	96,7
Malharia	138,4	184,5	115,1	108,7	65,8	54,8	74,9
Beneficiamento	76,8	79,0	113,7	112,7	86,7	73,9	98,0
Confeccionados	106,5	239,6	109,3	89,4	81,9	73,4	103,6
Outros	12,7	32,2	27,1	21,0	25,8	13,7	19,3
Total	684,0	963,9	637,8	609,6	510,6	418,7	559,3

Fonte: ABIMAQ/SECEX/IEMI

Os investimentos em máquinas têxteis, de acordo com a Tabela 13, mostram-se reduzidos, de US\$ 963,9 milhões, em 1995, para US\$ 559,3 milhões em 2004, ou seja, uma queda de quase 50% nos investimentos em máquinas. O segmento de confeccionados sofre uma queda de mais de 55% nesse mesmo período. O volume maior de investimentos pode ser observado no início do Plano Real, conjuntamente com a abertura do mercado interno. Desta forma, a necessidade de investimentos se fez presente para que a indústria nacional mantivesse um patamar mínimo de competitividade frente aos novos produtos externos, e nesse período o real está supervalorizado, facilitando a importação de máquinas.

Tabela 14. Desembolso anual do sistema BNDES para os segmento têxtil-confecções no Brasil– 1995-2005
milhões/US\$.

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Confecção, vestuário e acessório	21,8	16,2	27,3	49,6	111,1	26,6	56,1	21,6	59,4	28,5	55,9
Produto têxtil	289,3	137,3	323,8	379,9	374,7	392,9	289,2	337,8	394,0	192,7	263,2
Total	311,1	153,5	351,1	429,5	485,8	419,5	345,3	359,4	453,4	221,2	319,1

Fonte: BNDES

Gorini (2000) explica que a maior parte dos investimentos realizados pelo BNDES nos anos 90 está concentrada no parque de máquinas, principalmente importações, destacando a região Sudeste como um dos principais beneficiários e a região Nordeste que é alvo do deslocamento da produção do setor têxtil-confecções em busca de um custo

inferior de mão-de-obra e incentivos fiscais. Tais investimentos efetuados pelo BNDES na década de 90 no setor têxtil (excluindo o setor de confecções) ocasionaram um aumento de produtividade e de capacidade de produção.

Tabela 15. Preços médios no segmento têxtil-confecções no Brasil – 1990, 1995, 2000-2004
kg US\$/FOB.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Têxtil	8,32	7,94	5,37	4,64	4,30	4,61	5,24
Fios	4,56	4,26	2,95	2,51	2,42	2,65	3,05
Tecidos	13,10	11,86	7,72	6,45	5,82	6,13	6,88
Malhas	9,76	9,36	7,25	5,73	5,23	5,75	6,58
Confeccionados	36,80	24,77	17,58	13,39	11,10	11,91	13,44
Vestuário	49,37	29,42	20,39	15,50	12,58	13,15	14,98
Meias e acessórios	56,01	31,92	24,30	20,14	20,39	22,96	26,59
Linha Lar	12,24	8,12	6,22	4,86	4,26	4,75	5,46
Outros	27,23	25,94	23,05	16,29	15,53	17,68	19,34

Fonte: IEMI (2005).

De acordo com a Tabela 15, em 1995 o preço médio pago por kg, no segmento têxtil alcançou a cifra de US\$ 24,77, no confeccionado, o valor deste segmento produtivo decresceu ao longo do tempo, em particular nos anos 2000, comparativamente a 1995. Este processo também ocorre no segmento têxtil, sendo que o valor chega a US\$ 5,24 o Kg em 2004.

3.5.2 COMÉRCIO EXTERIOR

Para Gorini (2000), vários fatores contribuem para que as importações tivessem um crescimento tão expressivo. O Brasil de 1992 a 1997, deixa de ser um grande produtor de algodão, e em pouco tempo passa a ser um dos maiores importadores mundiais, a falta de barreiras e uma proteção maior do setor pelo Estado, além do câmbio favorável a importações auxiliam no aumento expressivo nas importações. As importações brasileiras de têxteis, em 1995, superam US\$ 800 milhões, um número considerado alto, se levar em consideração que em 1990 era da ordem de 147 milhões.

Tabela 16. Importações brasileiras por segmentos têxtil-vestuário no Brasil – 1990, 1995, 2000-2004
milhares US\$/FOB.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Fibras/Filamentos	262.265	1.026.272	831.505	512.593	424.723	496.696	669.852
Têxteis	147.962	886.847	581.569	521.275	467.111	436.635	567.880
Fios/Linhas	41.696	136.477	78.220	45.071	31.267	32.593	74.361
Tecidos	60.906	534.409	222.970	239.320	244.263	213.531	262.383
Malhas	2.470	43.775	62.868	39.790	15.907	8.829	16.243
Especialidades	42.890	172.186	217.511	197.094	175.674	181.682	214.893
Confeccionados	58.639	378.738	193.007	198.818	141.589	128.391	184.497
Vestuário	43.164	286.359	123.499	140.632	100.134	90.264	134.547
Meias e acess.	3.863	23.510	17.302	13.301	9.552	9.859	13.685
Linha lar ¹	7.365	53.797	33.400	28.865	19.228	15.979	18.962
Outros	4.247	15.072	18.806	16.020	12.675	12.289	17.303
Total	468.866	2.291.857	1.606.081	1.232.686	1.033.423	1.061.722	1.422.229

Fonte: SECEX/IEMI (2005).

Notas: 1 – inclui tapetes e carpetes;

Em 2000, as importações do segmento têxtil alcançam a ordem de US\$ 581 milhões, um valor bem inferior ao registrado em 1995. Esta redução está relacionada a alguns fatores, tais como a crise cambial em 1999, e a produção de algodão volta a apresentar crescimento a partir de 1997. Os anos 2001, 2002, 2003 continuam contabilizando quedas nas importações, sendo que em 2003 este valor reduz para US\$ 436 milhões. O ano de 2004 apresenta uma elevação no volume de importações de mais de US\$ 100 milhões em relação a 2003.

O segmento de confecções, em 1995, também recebe um grande volume de importações, sendo que, nesse período, o país recebe uma “inundação de produtos” estrangeiros, agravando ainda mais a crise no setor após a abertura comercial iniciada em 1990. No ano 2000, o segmento de confecções importa US\$ 193 milhões. A constante queda no volume de exportações, desde o início da década de 90, pode ser atribuída a alguns aspectos principais: o crescimento do comércio intrablocos, tais como o Nafta em 1994, o aumento de exportações do México aos EUA, o produto nacional perdeu competitividade no mercado de *commodities* têxteis devido ao câmbio defasado. Paralelamente a isto, a Turquia e a União Européia estão aumentando as suas exportações para mercados tradicionalmente abastecidos por produtos brasileiros (Gorini, 2000)

Segundo Lupatini (2004), o Brasil tem uma participação muito pequena no comércio mundial, e de 1995 a 2000, ocorre uma redução maior ainda, o segmento têxtil,

em 1995, representava cerca de 0,90% das exportações mundiais, e em 2000, este valor reduz para 0,71 %. O mesmo ocorre com o segmento vestuário, que em 1995 participa de 0,24% das exportações mundiais, em 2000 apresenta uma fração menor ainda, 0,17%. Dentro deste quadro, é importante salientar que as exportações brasileiras se concentram no segmento têxtil, o menos dinâmico da cadeia têxtil-vestuário mundial, e outro fato importante está ligado ao aumento, a partir do ano 2000, das exportações do segmento de vestuário, que se deve sobretudo ao segmento cama, mesa e banho, representando mais de 50% das exportações do segmento de confecção, em 2002.

Na Tabela 17, o ano de 1995 tem um volume de exportações no segmento de confeccionados correspondente a US\$ 656 milhões, e no ano 2000, cai para US\$ 534 milhões, ou seja, apesar de todos os investimentos no setor, a variação não é considerável, é praticamente estável, e em 2001 e 2002, continua declinando, US\$ 500 e 440 milhões, respectivamente. Somente em 2003 e 2004 que as exportações mostram novamente reação, elevando-se para US\$ 639 milhões em 2003 e US\$ 736 milhões em 2004.

Neste contexto, pode-se observar o desempenho do segmento de confeccionados, um dos principais componentes da pauta de exportações do setor desde o início da década de 90, e um dos poucos segmentos que não apresenta déficit na balança comercial. As exportações deste segmento, em 1995, totalizam US\$ 539 milhões, em 2000, este valor situa-se em US\$ 554 milhões, em 2001, continua praticamente estável, em 2002, o segmento sofre uma pequena queda, e em 2003 e 2004, o volume destinado ao mercado externo cresce significativamente, atingindo, respectivamente US\$ 644 e 739 milhões de dólares exportados.

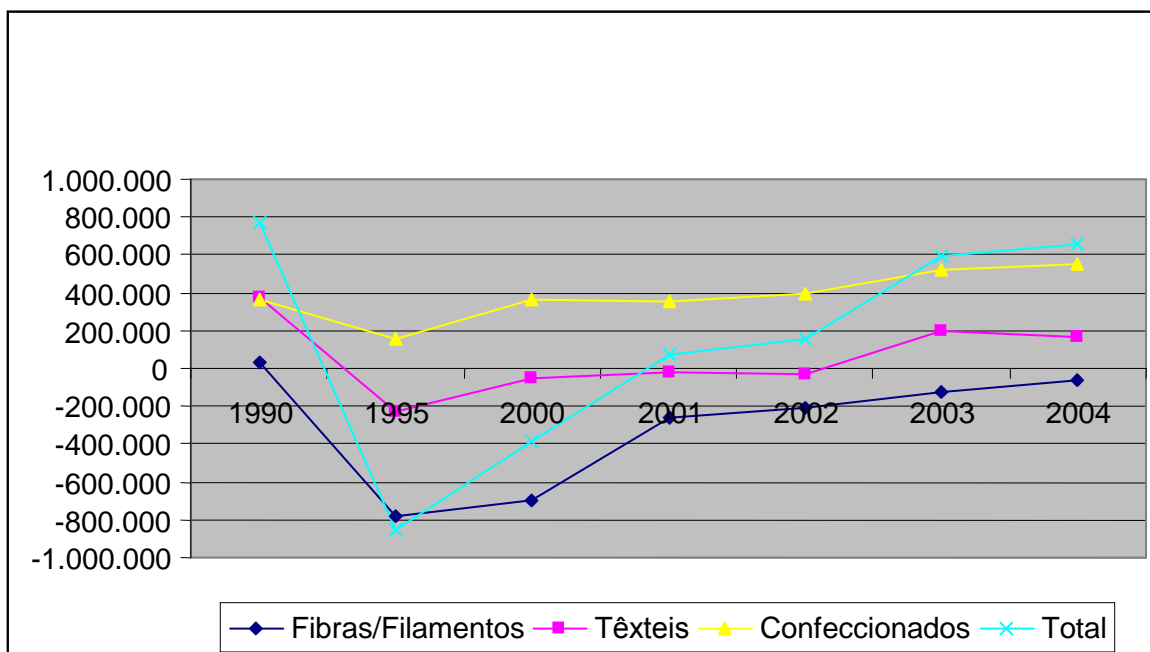
Tabela 17. Exportações brasileiras no setor têxtil-confecções no Brasil – 1990,1995, 2000-2004
milhares US\$/FOB.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Fibras/Filamentos	292.180	245.245	133.732	247.593	220.023	372.124	604.022
Têxteis	524.075	656.639	534.148	500.629	440.942	639.425	736.015
Fios/Linhas	273.134	194.255	137.840	105.850	111.819	173.737	159.717
Tecidos	156.710	260.316	214.977	243.328	197.144	277.226	316.355
Malhas	4.961	10.800	30.278	27.754	28.683	39.441	53.179
Especialidades	89.270	191.268	151.053	123.697	103.296	149.021	206.764
Confeccionados	426.978	539.606	554.191	557.875	524.521	644.732	739.380
Vestuário	228.000	273.855	263.573	266.363	211.183	283.216	333.677
Meias e acessórios	1.928	7.700	10.355	7.158	3.568	5.956	6.710
Linha Lar ¹	178.137	227.447	247.376	251.202	279.547	324.136	348.276
Outros	18.913	30.604	32.887	33.152	30.223	31.424	50.717
Total	1.243.233	1.441.490	1.222.071	1.306.097	1.185.486	1.656.281	2.079.417

Fonte: SECEX/IEMI (2005)

Notas: 1 – inclui tapetes e carpetes

O segmento de confeccionados, em 1995, apresenta variações e uma queda significativa em relação a 1990, fechando em saldo positivo de US\$ 160 milhões, e nos anos 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, apresenta constante crescimento, atingindo, em 2004, US\$ 554 milhões.



Fonte: SECEX/IEMI (2005).

Gráfico 2. Evolução dos saldos da balança comercial brasileira no setor têxtil-confecções, 1990, 1995, 2000-2004
milhões US\$/FOB.

O saldo da balança comercial brasileira da cadeia têxtil em, 1995, mostra um déficit de US\$ 850 milhões, ocasionado, especialmente pelo volume de importações, já que as exportações permanecem sem grandes alterações. A Tabela 18 exibe um saldo negativo no segmento têxteis de US\$ 230 milhões, em 2000, 2001 e 2002, o segmento continua apresentando déficit, porém não ultrapassa os US\$ 50 milhões anuais.

Tabela 18. Saldo da balança comercial brasileira no setor têxtil-confecções – 1990, 1995, 2000 -2004
milhares US\$/FOB.

Segmentos	1990	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Fibras/Filamentos	+29.915	-781.027	-697.773	-265.000	-204.700	-124.572	-65.830
Têxteis	+376.113	-230.208	-47.421	-20.646	-34.060	+202.790	+168.135
Confeccionados¹	+368.339	+160.868	+361.184	+359.057	+390.823	+516.341	+554.883
Total	+774.367	-850.367	-384.010	+73.411	+152.063	+594.559	+657.188

Fonte: SECEX/IEMI (2005).

Notas: 1 – Inclui tapetes e carpetes

3.6 Síntese conclusiva

A diferenciação de produtos é uma das estratégias adotadas pelos países desenvolvidos para enfrentar a concorrência internacional. O *design*, a marca e os novos processos produtivos fazem parte desta estratégia. A tendência de afastamento do ramo de commodities pelas empresas dos países desenvolvidos é, em grande parte, devido à concorrência dos países asiáticos.

As tarifas aplicadas pelos países desenvolvidos e pelos países em desenvolvimento demonstram a preocupação dos países em proteger o mercado interno. Vários acordos são firmados objetivando a redução das alíquotas e restrições, porém, pode-se observar que as tarifas aplicadas pelos países desenvolvidos, para produtos com maior elaboração, são elevadas se comparadas às aplicadas nas *comodities*.

Os países em desenvolvimento têm participação predominante no comércio internacional da indústria têxtil-confecções, mas, em decorrência a fatores restritivos à incorporação de novas tecnologias, os mesmos não se apropriam da maior parte dos ganhos, o que acontece é que as empresas de países desenvolvidos repassam a matéria-prima e as especificações, para posteriormente fazerem a reexportação.

4. EXPORTAÇÕES CATARINENSES

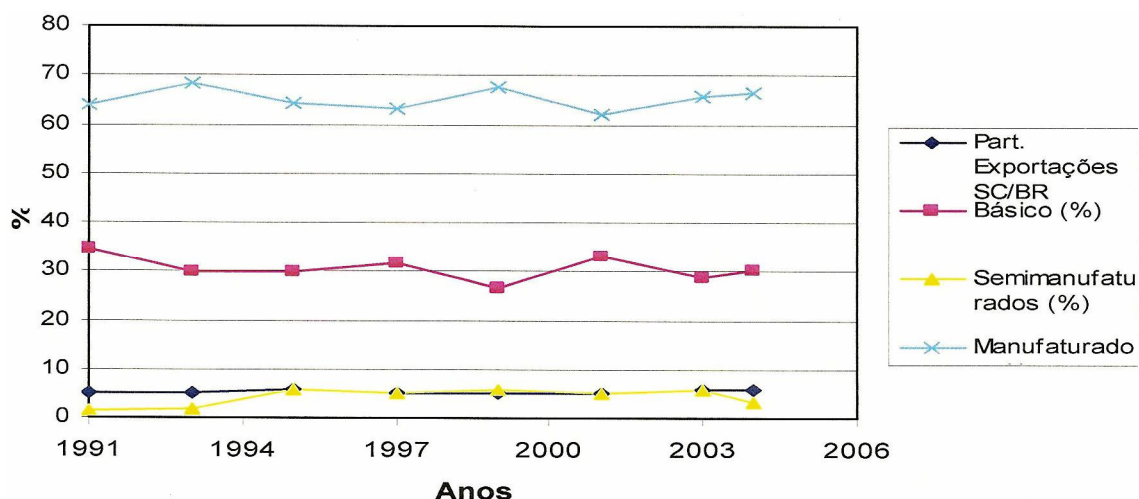
4.1 Introdução

Santa Catarina concentra a maior parte de suas exportações em produtos do segmento confeccionados, a saber: vestuário e seus acessórios de malha, vestuário e seus acessórios, exceto malha (ternos, saias, vestidos, camisas, etc.), e artefatos têxteis confeccionados (artigos de cama, mesa, cozinha, etc.), juntos estes produtos representam, em 1996, mais de 90% dos US\$ 403,9 milhões exportados pelo Estado, sendo que, nos anos seguintes, a sua participação praticamente não foi alterada.

O quarto capítulo tem como finalidade apresentar as características do comércio externo do setor têxtil-confeccões. Para isto, dividiu-se o capítulo em 4 seções, sendo a primeira esta introdução, a seção 4.2 sintetiza a indústria exportadora catarinense a seção 4.3 caracteriza o setor exportador catarinense; na seção 4.3, tem-se as características do setor importador da indústria têxtil-confeccões; e por fim, na seção 4.4 é feita uma síntese do capítulo.

4.2 A INSERÇÃO DA INDÚSTRIA CATARINENSE NO MERCADO EXTERNO: SÍNTESE.

Os produtos básicos e os semimanufaturados representam em torno de 55% do total das exportações dos produtos catarinenses em 1984, sendo que, a partir da metade da década de 80, a participação de produtos de setores mais dinâmicos aumentou consideravelmente, elevando a participação de produtos manufaturados. Os produtos básicos, tais como carnes de aves e suínos e os produtos manufaturados principalmente blocos de cilindro, motocompressores e desdobramentos de mecânica, mantêm uma elevada participação nas exportações, cerca de 30 % e 65%, respectivamente (Kroetz, 2006).



Fonte dos dados brutos:MDIC/SECEX. – Base Aliceweb, 2006. *apud* Kroetz 2006.

Gráfico 3: Exportações catarinenses segundo o grau de processamento e participação no total das vendas externas brasileiras –1991-2004 %.

Tabela 19: Exportações catarinenses e brasileiras de 1994 – 2004

US\$/FOB

Ano	Brasil US\$ FOB	SANTA CATARINA			Posição SC
		US\$ FOB	Variação % anual	Partic. % S/Brasil	S/ demais Estados
1994	43.545.148.862	2.404.689.465	9,40	5,52	5°
1995	46.506.282.414	2.652.024.877	10,29	5,70	6°
1996	47.746.728.158	2.637.307.832	-0,55	5,52	5°
1997	52.994.340.527	2.805.719.160	6,39	5,29	5°
1998	51.139.861.545	2.605.306.071	-7,14	5,09	5°
1999	48.011.444.034	2.567.364.409	-1,46	5,35	5°
2000	55.085.595.326	2.711.702.874	5,62	4,92	6°
2001	58.222.641.895	3.028.398.656	11,68	5,20	5°
2002	60.361.785.544	3.157.065.225	4,25	5,23	6°
2003	73.084.139.518	3.695.786.428	17,06	5,06	6°
2004	96.475.220.253	4.853.506.430	31,33	5,03	6°

Fonte: MDIC/SECEX

A participação catarinense nas exportações brasileiras, no período 1994 a 2004, girou em torno de 5%, e o Estado se alterna entre a 5° e a 6° posição entre os Estados exportadores, conforme indica a Tabela 19.

Ocorre uma mudança no desempenho de alguns setores exportadores, tais como o setor têxtil e vestuário. De acordo com a Tabela 15, em 1989, o setor têxtil apresentava uma participação equivalente a 2% do total exportado em Santa Catarina e o segmento de vestuário, calçados e artefatos detinha a maior parcela de exportações no estado, cerca de 20%. No ano de 1996, os números demonstram que o segmento vestuarista, calçadista e artefatos mostrou uma redução de praticamente 50 % na participação do total exportado pelo estado, sendo que, em 1996, sua participação não atingiu 7% das exportações catarinenses. O segmento têxtil também seguiu esta tendência de queda na participação total das exportações do estado, passando para 1,16 % em 1996, e no ano 2004 decresceu para 0,79%.

Os produtos alimentares, como pode ser visto na Tabela 20, obtêm um aumento significativo na composição das exportações catarinenses, no ano de 1989, representavam pouco mais de 15%, em 1996, foram quase 25% e no ano 2004 chegaram a superar os 28% do total exportado. Segmentos como mecânica, madeira e mobiliário tem crescimento significativo, em 1989, apresentavam 13 %, 23 %, 3,08 % e 0,81 %, respectivamente. No ano de 1996, a indústria de transformação mecânica representa 13,37 % do total exportado pelo estado, participação nessa que é superada para 16,01% em 2004. A indústria de transformação de madeira mais do que duplicou sua participação, atingindo 7,86% do total exportado, sendo que este percentual chegou a 11,74% em 2004.

O mercado de países desenvolvidos é o principal destino das exportações catarinenses, em especial os Estados Unidos e alguns países da União Européia. Segundo a Tabela 21, em 1989, cerca de 40 % das exportações de Santa Catarina eram destinadas à União Européia, e mais de 25% eram destinadas ao NAFTA, sendo que quase 20% deste total eram para o mercado norte-americano. Em 1996, as exportações para o Mercosul e a Ásia consistem em 13,92 % e 14,54 %, respectivamente, um aumento significativo se comparado a 1989, enquanto neste mesmo ano, foram destinados ao NAFTA e à União Européia 17,97% e 35,6 % do total exportado, um percentual bem inferior ao de 1989. Em 2006, o percentual exportado para a União Européia é praticamente o mesmo exportado para os Estados Unidos, cerca de 26%, nesse ano, as exportações para a Ásia e o Mercosul foram de 10,18% e 10,04%, respectivamente.

Tabela 20. Composição das exportações catarinenses, por segmentos, 1989,1996 e 2004
US\$ FOB / %

Indústria de transformação Segmentos	1989		1996		2004	
	US\$ (FOB)	(%)	US\$(FOB)	(%)	US\$ (FOB)	(%)
Minerais não-metálicos	71.238.534	4,97	124.501.243	4,72	208.868.529	4,30
Metalúrgica	34.817.319	2,43	47.469.354	1,80	103.223.211	2,13
Mecânica	189.607.437	13,23	352.522.510	13,37	776.941.078	16,01
Material elétrico e material...	35.166.180	2,45	114.884.690	4,36	318.966.246	6,57
Material de transporte	15.300.858	1,07	62.390.215	2,37	109.425.339	2,25
Madeira	44.128.065	3,08	207.250.740	7,86	569.634.324	11,74
Mobiliário	11.649.484	0,81	178.990.409	6,79	441.084.864	9,09
Papel e papelão	62.601.281	4,37	101.323.885	3,84	164.067.015	3,38
Borracha	165.407	0,01	539.722	0,02	827.323	0,02
Couros e peles e produtos...	7.457.332	0,52	11.190.074	0,42	20.328.055	0,42
Química	32.243	0,002	8.163.584	0,31	51.691.312	1,07
Produtos farmacêuticos...	10.182	0,001	920.005	0,03	1.300.586	0,03
Prod. de perfumaria e sabão	1.529.976	0,11	996.403	0,04	3.357.055	0,07
Produtos de matérias plástic.	3.152.529	0,22	14.632.658	0,55	29.795.703	0,61
Têxtil	28.934.398	2,02	30.497.056	1,16	38.214.002	0,79
Vestuário, calçados e artefatos...	289.269.701	20,18	314.060.420	11,91	335.961.081	6,92
Produtos alimentares	215.581.030	15,04	652.850.590	24,75	1.366.097.201	28,15
Bebidas	417.965	0,03	1.552.941	0,06	710.250	0,01
Fumo	93.527.988	6,52	140.673.823	5,33	133.423.676	2,75
Editorial e gráfica	159.616	0,01	100.241	0,004	2.785.793	0,06
Diversas	328.925.681	22,94	271.797.269	10,31	176.803.787	3,64
TOTAL	1.433.673.206	100,00	2.637.307.832	100	4.853.506.430	100

Fonte: MDIC/SECEX – Base Aliceweb, 2006, *apud*, Kroetz 2006.

Tabela 21. Total das exportações de Santa Catarina para os principais blocos econômicos e países – 1989, 1996 e 2004 % US\$/FOB.

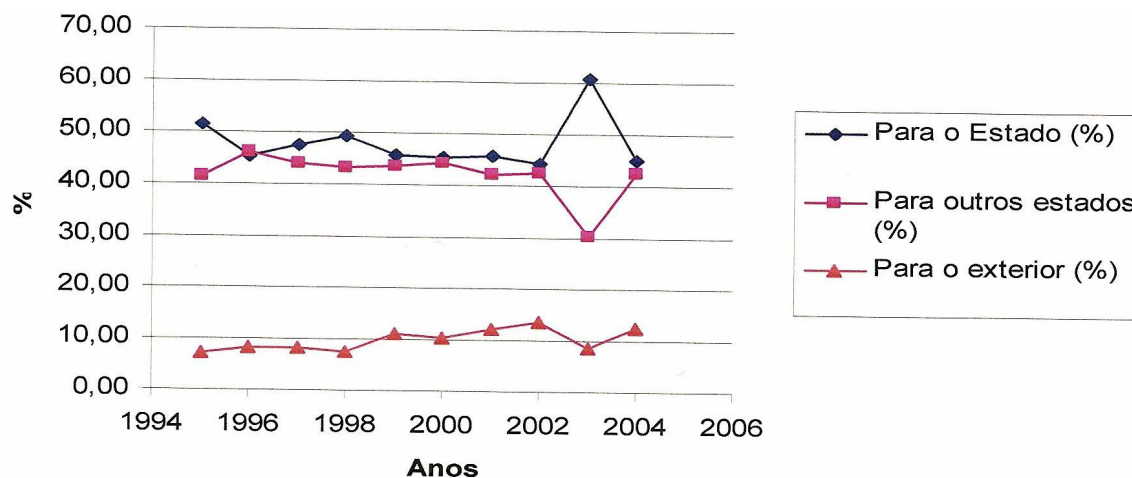
Destino	1989		1996		2004	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
MERCOSUL (expandido)	73.525.756	5,13	367.142.625	13,92	487.364.371	10,04
Argentina	5.677.668	0,40	187.587.405	7,11	256.601.328	5,29
Chile	26.578.290	1,85	58.896.816	2,23	122.592.188	2,53
Paraguai	27.762.999	1,94	79.565.973	3,02	59.253.232	1,22
Uruguai	13.506.799	0,94	41.092.431	1,56	48.917.623	1,01
NAFTA	362.009.942	25,25	473.841.742	17,97	1.540.682.242	31,74
Estados Unidos	285.852.341	19,94	408.609.180	15,49	1.304.990.669	26,89
UNIÃO EUROPÉIA	566.152.565	39,49	924.551.253	35,06	1.276.276.639	26,30
Alemanha	93.248.553	6,50	262.419.573	9,95	249.991.699	5,15
França	60.907.330	4,25	88.372.247	3,35	159.070.955	3,28
Itália	86.647.304	6,04	68.008.750	2,58	144.679.775	2,98
Países Baixos (Holanda)	66.316.845	4,63	83.104.480	3,15	197.700.654	4,07
Reino Unido	106.739.720	7,45	176.402.045	6,69	201.744.112	4,16
Rússia	10.290.947	0,72	8.718.448	0,33	282.315.268	5,82
ÁSIA (Exclus, Oriente Médio)	153.819.566	10,73	383.430.645	14,54	493.967.665	10,18
China	19.671.749	1,37	55.377.365	2,10	56.214.578	1,16
Japão	47.110.566	3,29	156.074.815	5,92	238.402.726	4,91
Tigres Asiáticos	37.499.752	2,62	130.530.687	4,95	151.669.185	3,12
TOTAL	1.433.673.206	100,00	2.637.307.832	100,00	4.853.506.430	100,00
Países Desenvolvidos	985.467.905	68,74	1.695.986.130	64,31	3.074.827.972	63,35
Países em Desenvolvimento	446.438.129	31,14	939.273.431	35,61	1.777.908.741	36,63

Fonte dos dados brutos: MDIC/SECEX – Base Aliceweb, 2006 *apud* Kroetz 2006.

Praticamente a totalidade dos produtos exportados em Santa Catarina tem como destino os países desenvolvidos. A Tabela 21 aponta que este percentual, em 1989, é de 68,74%; em 1996, são 64,31 % e, em 2004, e 63,35%. As vendas para os países em desenvolvimento, em 1989, alcançam a marca de 31,14 %, elevando-se para 35,61 % em 1996, e 36,63 % em 2004. Nota-se que, apesar das vendas para os países em

desenvolvimento serem inferiores aos desenvolvidos, ocorre crescimento nas vendas principalmente para países do Mercosul e do Chile.

A maior parte da produção da indústria catarinense destina-se ao mercado interno, tanto para vendas dentro do Estado como para outros Estados. Em 1996, em torno de 90% das vendas da indústria catarinense são efetivadas no mercado brasileiro, e as exportações giraram em torno de 10% , conforme indica o Gráfico 4.

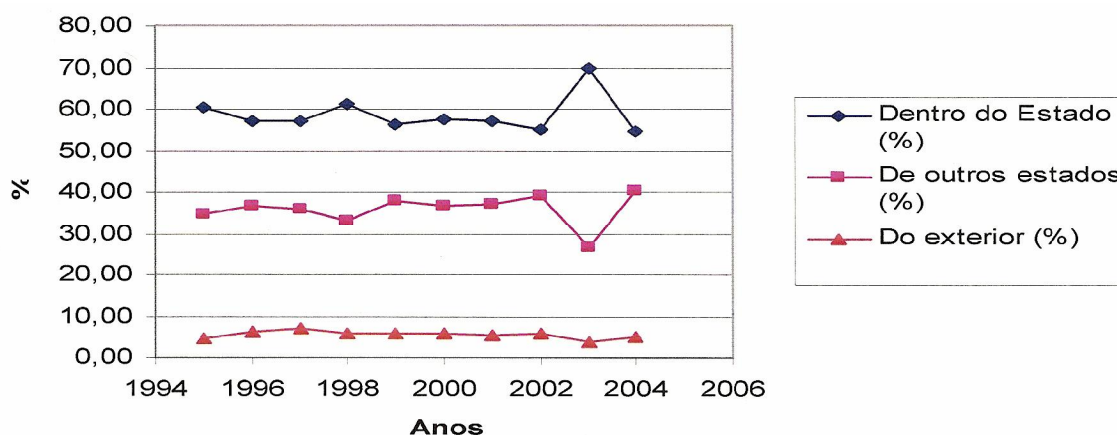


Fonte dos dados brutos: Secretaria de Estado da Fazenda –DIEF, 1995-2004, *apud* Kroetz, 2006.

Gráfico 4. Distribuição das vendas da indústria catarinense, por mercados de destino – 1995 a 2004 %.

Segundo Kroetz (2006), os anos de 2003 e 2004 apresentam uma forte integração ao mercado nacional através de insumos e produtos acabados dos setores mais dinâmicos da indústria estadual. Os setores mecânica e metalúrgica destinam, em 2004, 74% e 63% da produção, respectivamente, para os demais Estados brasileiros, ocorrendo situação semelhante nos segmentos cerâmica, materiais plásticos e têxtil e vestuário (75%). Os setores mobiliário, madeira e produtos alimentícios destinaram 82%, 75% e 51% da produção, respectivamente, para o mercado externo.

A maior parcela das compras é efetuada dentro do próprio Estado, em média 60%, atingindo 70% em 2003. Em 1995, 35% das compras são realizadas em outros Estados, sendo que este percentual mantém-se estável até 2003, quando foi de cerca de 27%.



Fonte dos dados brutos: Secretaria de Estado da Fazenda- Dief, 1995-2004, *apud* Kroetz 2006.

Gráfico 5. Distribuição das compras da indústria catarinense, por mercados de origem, 1995 a 2004.

A maior parcela das compras efetuadas no exterior entre 1989 e 2004, segundo o Gráfico 5, referem-se a bens de capital e bens intermediários, tais como máquinas e equipamentos destinados à modernização do parque industrial e a insumos industriais não encontrados no mercado brasileiro. As compras de bens de capital têm como mercado de origem os Estados Unidos, Alemanha, Itália e Reino Unido, e as compras de insumos industriais foram realizadas com países do Mercosul. As importações efetuadas pelo estado, 2004 em mais 40% originaram-se de países desenvolvidos e cerca de 58% de países emergentes.

Considerando os dados, chega-se à seguinte conclusão:

- a) A indústria catarinense, apesar de ter acompanhado o crescimento da indústria nacional nos anos 80, no início dos anos 90 passa a perder dinamismo em alguns setores, tais como têxtil e vestuário, e vem apresentando quedas significativas na pauta de exportações, perdendo espaço para setores mais dinâmicos como o eletrometal-mecânico.
- b) A reestruturação produtiva ocorrida na década de 90, auxiliou no processo de inserção dos produtos catarinenses no mercado internacional, especialmente produtos do setor eletrometal-mecânico, e manteve os produtos tradicionais (setor alimentício, de móveis e madeira) com forte participação na pauta de exportações.

- c) O mercado nacional e o próprio mercado catarinense são os principais destinos da maior parcela da produção da indústria do estado, revelando que Santa Catarina é um importante fornecedor de produtos de bens de consumo final e bens intermediários, tendo construído uma estrutura bem diversificada capaz de atender as necessidades locais.

4.3 COMÉRCIO EXTERIOR TÊXTIL-CONFECÇÕES DE SANTA CATARINA

4.3.1 Indicadores e evolução da indústria têxtil e confecções em SC.

De acordo com a Tabela 22, o ano de 1996 obteve o melhor resultado em exportações nos últimos 10 anos, atingindo um patamar superior aos US\$ 400 milhões, sendo que, em 1997, este número caiu mais de 5%, ou seja, US\$ 380 milhões, seguindo em ritmo decrescente em 1998 e em 1999 quando as exportações foram de US\$ 302 milhões. O ano seguinte, 2000, apresenta uma pequena reação em relação a 1999, alcançando os US\$ 340 milhões, que não são sustentados em 2001 e muito menos em 2002 quando o setor exportador catarinense mostra o menor volume exportado no período 1996-2005, cerca de US\$ 280 milhões, uma variação de mais de 30% se comparada a 1996.

A taxa de crescimento, no período 1996 a 2005, foi negativa, registrando uma queda de 1,04 % nas exportações catarinenses na década correspondente. A queda ocorre principalmente pela redução das exportações de produtos do segmento de vestuário e seus acessórios, exceto malhas.

A partir de 2003, as exportações de artigos do setor têxtil-confecções esboçam uma pequena reação que se seguiu em 2004, quando os valores exportados alcançam US\$ 366 milhões. Em 2005, ocorre uma pequena retração em relação a 2004, em torno de 4,5 % ou US\$ 350 milhões, um valor ainda muito abaixo do alcançado em 1996

Tabela 22. Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções, 1996-2005 milhões US\$/FOB.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Algodão	24,44	22,45	17,05	13,10	13,46	10,58	9,46	15,80	19,34	20,20	-2,64%
Filamentos sintéticos ou artificiais	0,12	0,37	0,36	0,35	0,57	0,89	0,44	1,49	1,34	1,30	23,31
Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; Fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria.	1,61	1,46	1,56	1,52	1,36	1,00	0,65	0,85	1,14	1,30	-5,79
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados.	6,82	5,25	5,52	5,38	5,32	4,68	4,46	4,06	9,93	9,30	3
Tecidos impregnados, revestidos, recobertos. Ou estratificados; artigos para usos técnicos. De matérias têxteis	2,73	1,83	1,44	0,82	2,04	1,45	1,31	2,24	3,62	3,60	6,38
Tecidos de malha	0,87	0,12	0,72	0,94	0,34	0,67	0,11	1,49	3,21	3,90	20,76
Vestuário e seus acessórios, de malha.	86,86	70,52	61,24	61,04	92,74	89,10	59,07	90,23	105,90	96,00	3,36
Vestuário e seus acessórios exceto de malha	47,65	46,85	47,79	38,59	40,15	35,08	26,54	24,03	25,03	25,40	-8,93
Artefatos têxteis confeccionados; sortidos, etc.	231,42	229,74	184,07	179,96	183,79	172,74	177,44	186,87	195,56	188,00	-1,83
Outros	1,36	1,46	1,44	0,70	0,68	0,78	1,20	0,96	1,14	1,80	0,26
Total	403,90	380,06	321,20	302,39	340,44	316,97	280,68	328,04	366,19	350,80	-1,04

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Apesar de algumas barreiras impostas pelos Estados Unidos às exportações brasileiras, o mercado americano é o principal comprador do setor têxtil-confecções de Santa Catarina, seguido pela Argentina, em segundo lugar, e Alemanha, em terceiro.

A Tabela 23 demonstra que, em 1996, o mercado estadunidense importa US\$ 67,9 milhões em produtos do setor têxtil-confecções, por volta de 20 % do total exportado pelo Estado naquele ano. As exportações para o mercado americano em 1997, 1998, 1999 e 2000 continuam em ritmo crescente, sendo que, em 2000, ultrapassam a US\$ 100 milhões. Este impulso teve uma pequena retração em 2001, quando não superou mais de US\$ 97 milhões. Em 2003, as exportações para aquele país são as maiores no período correspondente a 1996-2005, chegando a US\$ 144 milhões, mais do que o dobro exportado em 1996. Os anos de 2004 e 2005 não são tão expressivos quanto 2003, mas correspondem,

respectivamente, a US\$ 139 e 124 milhões, valores que são considerados significativos, pois correspondem a quase 40% do total exportado pelo estado no período.

Tabela.23. Principais países de destino das exportações catarinenses de produtos têxtil-confeccionados -1996, 2005 milhões US\$/FOB.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Estados Unidos	67,9	72,1	73,4	80,4	103,5	97,8	127,8	144,9	139,2	124,5	6,59
Argentina	51,3	66,7	46,9	49,1	62,4	58,5	7	29,4	48,7	54,1	-8,41
Alemanha	65,1	39,4	29,1	28,4	26,9	25,9	29,2	28,5	27,3	22,1	-9,85
Chile	13,4	10,5	11,2	10,6	13,5	10,8	10,8	11,3	14,1	16,3	-0,13
Uruguai	10,1	13,3	13,9	12,5	14,5	18,3	10,6	9,5	13,9	14,2	-1,64
França	14,9	10,7	8,1	8,5	8,9	9,6	10,3	14,7	18,08	13,5	1,51
Paraguai	16	18,3	16,7	11,4	11,9	10,7	5,5	5,9	8,7	12	-11,64
Outros	86,8	80,5	68,2	57,7	59,2	63,5	56,4	62,6	83,7	93,7	-2,05
Total	325,5	311,5	267,5	258,6	301	284,6	258	307,2	354,1	350,8	-1,04

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

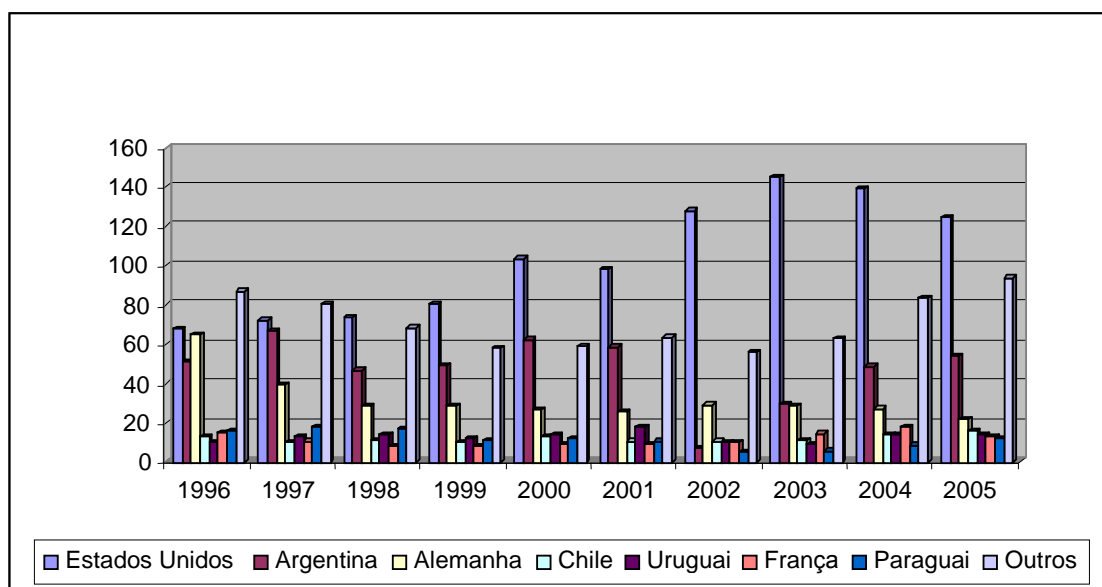
Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

A Argentina também representa uma fatia importante para as exportações catarinenses, sendo que, em 1996 geram US\$ 51 milhões, com mais de 15% dos produtos destinados ao país vizinho. O volume das exportações catarinenses para a Argentina, de 1996 a 2001, não sofre grandes alterações, porém, em 2002, com a crise no país vizinho, Santa Catarina exporta US\$ 7 milhões, um valor que ajuda a fixar o menor valor das exportações no período 1996-2005. Os anos seguintes foram de constantes recuperações das exportações para a Argentina, sendo que, em 2005, somam US\$ 54 milhões.

A taxa de crescimento negativa registrada no período 1996-2005 é ocasionada por taxas negativas de alguns dos principais países de destino das exportações de Santa Catarina, tais como a Argentina, a Alemanha e o Paraguai. As exportações para os Estados Unidos mostram uma taxa de crescimento positiva de mais de 6% ao longo do período, conforme indica a Tabela 23.

Outros países também se apresentam como bons compradores, dentre eles a Alemanha, que em 1996 registra aquisição de produtos equivalente a US\$ 65 milhões, superando a Argentina. Santa Catarina apresenta outros mercados consumidores menores,

como o Paraguai, o Chile, o Uruguai e a França que juntos representam, em 2005, mais do que US\$ 155 milhões do volume exportado por Santa Catarina. A venda para outros países também é significativa, em 1996 eram US\$ 86 milhões, em 1998 e em 2002 sofre uma pequena queda, recuperando-se em 2004 e em 2005 quando atinge a marca dos US\$ 93 milhões. Tal comércio indica a soma de uma série de mercados menores de países que, em muitos casos apresentam grandes barreiras comerciais, ou forte concorrência internacional como o Japão, a Tailândia e o Paquistão.



Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Gráfico 6. Principais países de destino das exportações de produtos catarinenses do setor têxtil-confecções, 1996-2005 milhões US\$/FOB.

Dentre os principais blocos econômicos compradores dos produtos do setor-têxtil confeccionados de Santa Catarina, observa-se que, em 1996, o principal importador foi a União Européia, somando US\$ 129 milhões, seguida pelo Mercosul, com US\$ 77 milhões, e o Nafta, com US\$ 72 milhões. No ano seguinte, 1997, o Mercosul é o principal comprador, somando US\$ 98 milhões, porém, de 1998 a 2005, o Nafta se torna o principal comprador de produtos do setor têxtil-confeccionados, perfazendo US\$ 137 milhões em 2005, quase 50% do total das exportações do estado, conforme a Tabela 24.

Tabela 24. Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções para blocos econômicos – 1996-2005
milhões US\$/FOB.

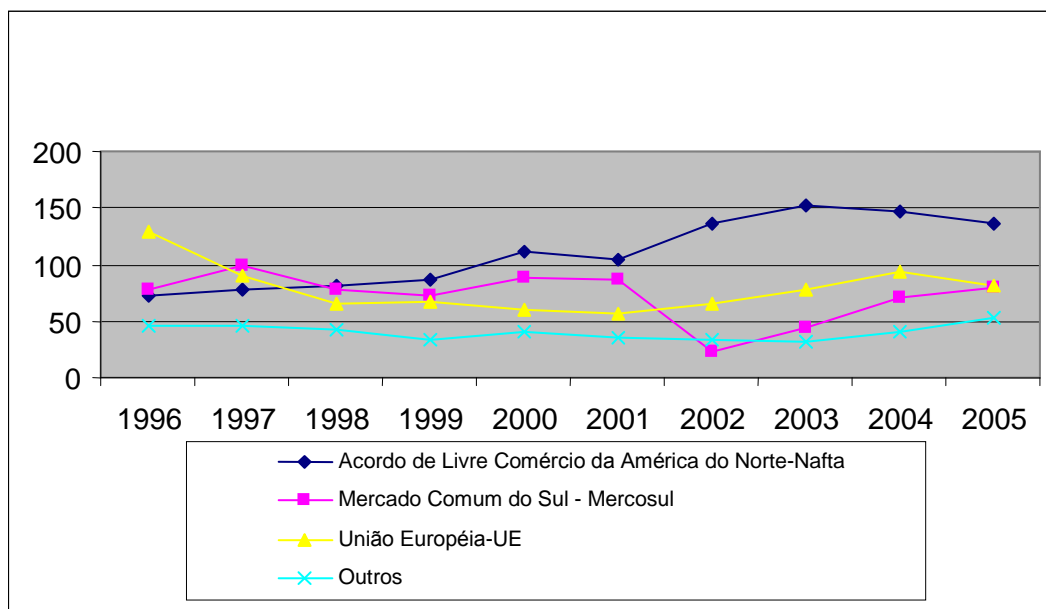
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Acordo de livre comércio da América do Norte-Nafta	72,3	77,7	81,2	86,2	111,5	104,7	136,4	152,4	147,4	137	6,53
Mercado Comum do Sul - Mercosul	77,5	98,5	77,5	73,1	88,9	87,6	23,3	45	71,4	80,4	-7,27
União Européia-UE	129,9	89,5	66,2	66,5	60,4	56,9	65,4	77	93,7	80,7	-4,38
Outros	45,8	45,8	42,6	32,8	40,2	35,3	32,8	32,7	41,4	52,6	-2,92
Total	325,5	311,5	267,5	258,6	301	284,6	258	307,2	354,1	350,8	-1,04

Fonte: Secex, Aliceweb (2006)

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Embora o MERCOSUL funcione como uma área com menos restrições ao comércio entre os países integrantes, verifica-se que, na última década, as exportações para o MERCOSUL têm uma taxa de crescimento negativa, cerca de -7%, e as exportações de produtos do setor têxtil-confeccionados para o NAFTA exibem uma taxa de crescimento de mais de 6%.

Em termos gráficos, constata-se que a União Européia, em 1996, se apresenta como o maior comprador dos produtos catarinenses, e passa a deparar com declínio nos volumes importados até 2001, e no período correspondente a 2002-2004, ocorre uma mudança neste quadro, com melhoras consideráveis, entretanto, bem abaixo de marcas já atingidas anteriormente pelo Bloco. O Mercosul manteve uma trajetória praticamente estável até 2001, em 2002 ocorre uma queda acentuada nas exportações derivada da crise argentina, sendo que a curva mostra que em 2003, 2004 e 2005 ocorre novamente uma reação nas vendas de produtos catarinenses para o Mercosul, conforme o Gráfico 7.



Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Gráfico 7. Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções para blocos econômicos – 1996-2005
milhões US\$/FOB.

O Nafta, composto pelos EUA, Canadá e México, é, desde 1998, o principal comprador de têxteis-confecções de Santa Catarina, como se pode verificar em termos gráficos, este valor atingiu seu teto em 2003 com US\$ 152 milhões exportados.

Considerando o volume exportado, verifica-se, segundo a Tabela 25, a exportação total de produtos do setor têxtil-confecções de 28 mil toneladas em 1996, no ano seguinte ocorre uma pequena redução para 27 mil toneladas, e em 1998, ano que registra os mais baixos volumes exportados no período 1996-2005, em torno de 23 mil toneladas. A partir de 1999 vem ocorrendo uma elevação constante no volume total exportado, chegando a 42 mil toneladas em 2004, e em 2005 praticamente a mesma marca, cerca de 40 mil toneladas. O volume em toneladas exportado por Santa Catarina no setor têxtil-confecções no período 1996-2005 apresenta um crescimento médio de 3,56 %, que, se comparado à taxa de crescimento em US\$ no mesmo período que foi de -1,04%, pode-se deduzir uma queda no preço médio do Kg dos produtos do setor têxtil-confecções de Santa Catarina.

Tabela 25. Exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções – 1996, 2005 toneladas/milhares

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996- 2005
Algodão	2	1,8	1,3	1,2	1,4	1,1	1,2	2,7	3	2,8	3,69
Vestuário e seus acessórios de malha	3,8	2,9	2,7	3,5	5,7	6,3	4,8	6,8	6,7	5,5	6,62
Vestuário e seus acessórios, exceto malha	2,5	2,3	2,6	2,4	2,6	2,6	2,3	1,8	1,6	1,6	-7,54
Artefatos têxteis sortidos	17,8	18,5	15,6	17,4	19,8	19,8	22	25,6	26,8	28	3,59
Outros	1,7	1,4	1,3	1,5	1,7	1,8	1,5	2,3	3,8	3,8	8,01
Total	28,1	27,1	23,7	26,3	31,4	31,8	32	39,4	42	41,9	3,56

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Os Artefatos têxteis se destacam em 1996 quando se exportam 17 mil toneladas, em 1997, este número eleva-se para 18 mil toneladas, no ano de 1998, o volume reduz um pouco, chegando a 15 mil toneladas, sendo que, nos anos seguintes, o crescimento mantém-se constante, atingindo 28 mil toneladas em 2005

Em termos de preço médio dos produtos catarinenses exportados, observa-se, segundo a Tabela 26, os artefatos têxteis confeccionados que em 1996 possuíam um preço médio de US\$ 10,42 o Kg, sendo que se pode notar que este valor passa a ter uma queda constante, chegando a US\$ 6,81 em 2003. Em 2004, ocorre uma pequena melhora no preço, US\$ 7,05 o Kg, sendo que no ano seguinte, 2005, o valor volta a sofrer uma queda e chega ao menor valor no período 1996-2005, US\$ 6,69 o Kg.

Ao se comparar as Tabelas 25 e 26, vê-se que ocorre um movimento inverso em relação ao volume produzido de artefatos têxteis e ao preço médio pago pelo produto. Constata-se que, apesar da queda no valor pago pelo Kg do produto, a quantidade a ser exportada continua aumentando, demonstrando fortes indícios de que o mercado externo está cada vez mais competitivo e as empresas cada vez mais têm que se adaptar e produzir a um custo menor para conseguir concorrer no mercado internacional. A Tabela 26 confirma o comparativo entre as Tabelas 22 e 25, que indicam, respectivamente, um crescimento negativo das exportações em milhões de US\$, e uma taxa positiva no volume

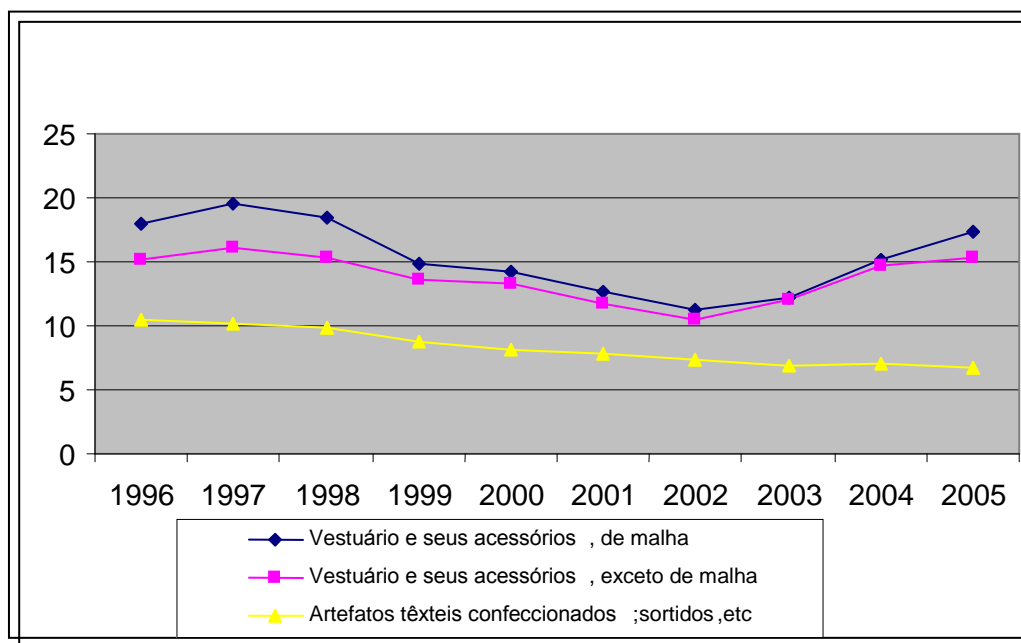
em toneladas exportadas. Nestes termos, o preço médio pago pelo kg dos três principais produtos exportados pelo estado no setor têxtil-confeccionados apresenta uma taxa de crescimento negativa nos últimos dez anos.

Tabela 26. Preço médio dos 3 principais produtos exportados por Santa Catarina no setor têxtil-confeccções – 1996,2005 Kg US\$/FOB.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Vestuário e seus acessórios, de malha	18,01	19,59	18,46	14,77	14,28	12,62	11,23	12,25	15,22	17,42	-5,44
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	15,13	16,10	15,24	13,56	13,34	11,71	10,47	12,03	14,70	15,39	-3,93
Artefatos têxteis confeccionados; sortidos,etc	10,42	10,12	9,78	8,81	8,17	7,83	7,38	6,81	7,05	6,69	-7,77

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).



Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Gráfico 8. Preço médio dos 3 principais produtos exportados por Santa Catarina no setor têxtil-confeccções – 1996, 2005 US\$/FOB.

No Gráfico 8, a curva que representa o preço médio dos artefatos têxteis confeccionados aponta uma queda constante no período 1996-2005, e as curvas que representam o item vestuário e seus acessórios de malha e vestuário e seus acessórios, exceto malha, indicam uma queda nos preços médios a partir de 1998 até 2002. Somente em 2003 é que os preços médios começam a reagir novamente e somente em 2005 eles atingem valores próximos aos pagos em 1996, mas abaixo do ápice do preço médio já alcançado em 1997.

4.4 IMPORTAÇÕES TÊXTIL -CONFECÇÕES CATARINENSES

As importações catarinenses somam US\$ 230 milhões em 1996, como destaca a Tabela 27, sendo que este número eleva-se para US\$ 295 milhões em 1997, o maior valor registrado no período 1996-2005. A partir de 1998, o volume importado começa a cair, e em 2003 registra o valor de US\$ 53 milhões, salientando que nos anos seguintes, 2004 e 2005 ocorre um aumento para US\$ 99 milhões e US\$ 138 milhões, respectivamente. O algodão é o principal produto importado por Santa Catarina até o ano 2000, sendo que, em 1996, a importação de algodão chega a mais de 60% do total de produtos do setor têxtil-confecções.

Os filamentos e fibras sintéticas são produtos utilizados como matéria – prima e têm grande participação na gama de produtos importados do setor, em 1996, juntos eles representam em torno de 15 % do total importado naquele ano, já em 1998 simbolizam mais de 23%, o equivalente a US\$ 56 milhões dos US\$ 241 milhões importados em 1998. Nos anos seguintes, esta participação continua se elevando, e em 2005 chegando a ultrapassar os 45 % do total importado no setor têxtil confecções daquele ano. A taxa de crescimento das importações é negativa, em torno de - 14 %, estimulada principalmente pela queda nas importações de algodão e artigos do segmento vestuário.

Tabela 27. Importação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005
milhões US\$/FOB.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996- 2005
Algodão	199,73	152,49	108,87	76,01	28,40	10,01	9,40	21,10	21,00	-34,1
Filamentos sintéticos ou artificiais	36,85	36,98	39,64	48,97	33,75	34,16	15,06	23,58	22,20	-5,44
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	19,89	20,89	13,45	11,76	10,36	8,49	11,75	26,37	42,30	5,5
Pastas (“ouates”), feltros e falsos tecidos; Fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria	1,95	2,52	2,10	1,92	2,56	1,96	1,71	1,96	2,70	3,7
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; bordados, passamanarias.	2,44	3,36	2,22	0,68	0,56	0,44	0,43	1,86	7,50	-0,67
Tecidos impreg., revestidos, recobertos. Ou estratificados; artigos para usos técnicos. De matérias têxteis	5,86	5,40	3,98	3,96	3,34	3,26	3,20	3,83	5,00	-5,13
Tecidos de malha	3,29	2,16	4,33	6,56	0,67	0,22	0,21	0,62	2,50	-19,3
Vestuário e seus acessórios, de malha.	3,29	2,16	0,58	0,57	1,11	0,87	0,21	0,62	2,50	-11,35
Vestuário e seus acessórios exceto de malha	14,15	10,21	4,09	2,94	2,90	1,41	1,92	3,31	9,80	-12,58
Artefatos têxteis confeccionados; sortidos, etc.	2,56	2,04	0,94	2,15	1,67	0,44	0,64	1,96	2,80	-7,55
Outros	5,61	3,24	2,69	1,70	1,89	1,09	9,29	14,17	20,50	15,22
Total	295,63	241,47	182,88	157,21	87,21	62,34	53,82	99,38	138,80	-14,25

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Os principais países de origem das importações de produtos do setor têxtil-confecções, em 1996 são, o Paraguai e a Argentina, com US\$ 70 milhões e US\$ 39 milhões, respectivamente, seguidos pelos EUA em terceiro. Em 1997, a Argentina exporta para Santa Catarina US\$ 81 milhões, e o Paraguai apenas US\$ 36 milhões, sendo que, em 2000, apesar de o Paraguai continuar a ser o maior exportador para Santa Catarina, pode-se notar que Taiwan apresenta um aumento significativo de sua participação na inserção de produtos do gênero no estado, cujos registros apontam o valor de US\$ 14 milhões.

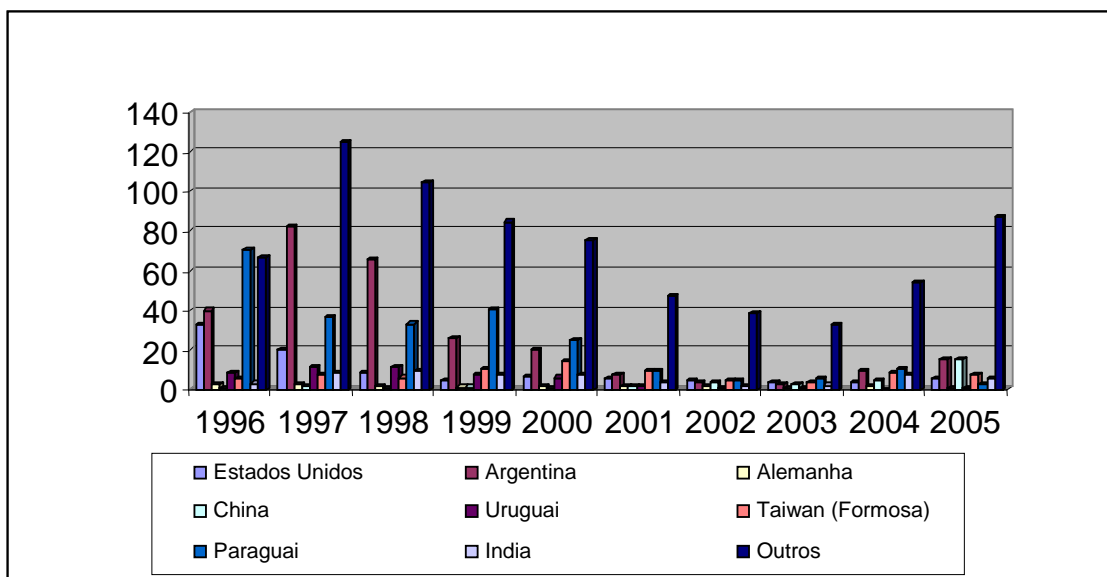
Tabela 28. Principais países de origem das importações catarinenses de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005 milhões US\$/FOB.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc.% 1996-2005
Estados Unidos	32,26	20,13	8,29	4,79	6,56	5,35	4,46	3,63	3,21	5,30	-20,4
Argentina	39,96	81,99	66,04	26,31	19,68	7,13	3,26	2,35	9,00	14,80	-29,31
Alemanha	2,98	2,68	1,92	1,17	1,70	2,00	1,41	0,85	2,07	0,60	-11,85
China	1,12	1,83	0,84	1,17	0,57	1,56	3,48	2,56	4,65	14,80	24
Uruguai	8,81	11,47	11,77	7,02	5,99	1,45	0,54	0,21	0,09	0,50	-53,73
Taiwan (Formosa)	5,58	7,81	6,00	10,17	14,48	9,24	4,13	3,74	8,79	7,20	-1,4
Paraguai	70,48	36,48	33,14	40,69	25,34	9,24	5,00	5,45	10,13	2,50	-33,54
India	3,10	8,54	9,13	7,02	7,58	4,01	1,96	2,14	7,14	5,70	-4,55
Outros	66,26	124,69	104,34	84,54	75,33	47,22	38,08	32,89	54,29	87,40	-7,24
Total	230,55	295,63	241,47	182,88	157,21	87,21	62,34	53,82	99,38	138,80	-14,25

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Os dados da Tabela 28 sinalizam que, no decorrer do período 1996-2005, os países asiáticos aumentam gradativamente sua participação no mercado catarinense e os EUA e Argentina perdem espaços, confirmando o forte poder competitivo no mercado internacional dos países asiáticos, em especial a China, que em 2005 participa com mais de 10% do total das importações catarinenses do setor têxtil-confecções. Os Estados Unidos, com uma taxa de crescimento de -20,4 %, a Argentina, com -29,31 %, e o Paraguai com -33,54%, são alguns dos países mais atingidos, pois tiveram sua participação reduzida no mercado catarinense.



Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Gráfico 9. Principais países de origem das importações catarinenses de produtos do setor têxtil-confecções – 1996-2005 milhões US\$/FOB.

Em termos físicos, quantidade importada, os dados revelam que Santa Catarina importa, em 1996, um total de 72 mil toneladas, sendo que, deste total, 60 mil toneladas são de algodão, e em 1997 as importações alcançam 99 mil toneladas, conforme a Tabela 29. A partir de 1998, o volume total das importações de produtos do setor têxtil-confecções sofre quedas constantes até 2003 devido à redução da importação de algodão.

Tabela 29. Importação catarinense de produtos do setor têxtil-vestuário – 1996, 2005 toneladas/milhares.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Algodão	60,8	81,3	66,6	58	47,3	17,2	6,2	4,9	7,9	6,5	-37,4
Filamentos sintéticos ou artificiais	5,1	10,4	10,9	16,1	24,4	17,7	20	14,1	22,8	22,2	9,95
Vestuário e seus acessórios exceto malha	0,2	0,4	0,1	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1	0,5	1,6	114,84
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	3,5	4,2	5	4	4,5	4,6	4,7	6,5	14,1	20,6	135,33
Outros	3	3,5	3,1	2,7	4,5	1,8	1,1	1,5	3,8	7,2	-16,38
Total	72,6	99,8	85,7	80,9	81	41,8	32,2	27,1	49,1	58,1	-121,64

Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Os filamentos sintéticos ou artificiais, desde 1996, vêm aumentando gradativamente sua participação nas importações catarinenses, sendo que, nesse ano, somam 5 mil toneladas. Em 1997, o volume duplica para 10 mil toneladas e em 2005 são importadas 22 mil toneladas, aproximadamente 40% do total importado pelo setor. A taxa de crescimento das importações em mil toneladas foi cerca de -120% de 1996 a 2005, representando uma redução significativa nas importações do Estado.

O preço médio do kg de filamentos sintéticos ou artificiais de acordo com a Tabela 27, em 1996 atinge US\$ 3,66, em 1997 este valor reduz para US\$ 2,89, e continua em ritmo decrescente nos anos seguintes, atingindo o seu valor mais baixo em 2003, US\$ 0,99 o Kg, mantendo-se estável até 2005.

Tabela 30. Preço médio dos 3 principais produtos importados por Santa Catarina no setor têxtil-confecções – 1996-2005 kg US\$/FOB.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Algodão	2,19	2,01	1,90	1,60	1,41	1,47	1,47	1,77	2,56	3,22	0,41
Filamentos sintéticos ou artificiais	3,66	2,89	2,80	2,10	1,77	1,70	1,56	0,99	0,99	0,99	-177,67
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	2,68	3,80	3,45	2,81	2,28	2,00	1,64	1,67	1,79	2,04	-103,14

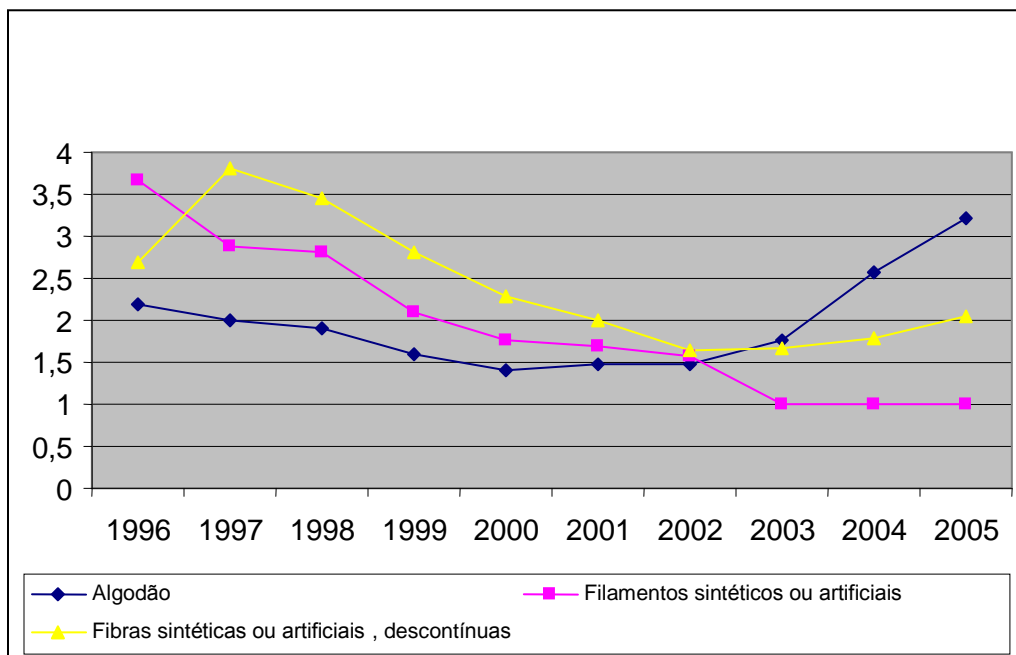
Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

As fibras sintéticas ou artificiais descontínuas importadas, em 1997, registram o preço médio de US\$ 3,80 o Kg, sendo que, a partir desse período, os valores caem significativamente, chegando, em 2002, a US\$ 1,64 o Kg. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, são pequenas as elevações no preço, chegando a US\$ 2,04 o Kg em 2005. Nestes termos, observa-se que o preço médio dos três principais produtos, com exceção do algodão, apresentaram taxas de crescimento negativas no período.

Visualizando o comportamento dos preços em termos gráficos, verifica-se que o preço médio dos 3 principais produtos importados para o setor têxtil-vestuário, a partir de 1997 esteve em constante queda até 2002. A partir de 2002, os preços do algodão e das

fibras sintéticas ou artificiais descontínuas mostraram uma recuperação gradual até 2005, e os preços médios dos filamentos sintéticos ou artificiais se mantiveram estáveis até 2005, segundo o Gráfico 10.



Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Gráfico 10. Preço médio dos três principais produtos importados por Santa Catarina no setor têxtil-confecções – 1996-2005 Kg US\$/FOB.

Tabela 31. Importação catarinense de produtos do setor têxtil-confecções de blocos econômicos – 1996-2005 milhões US\$/FOB.

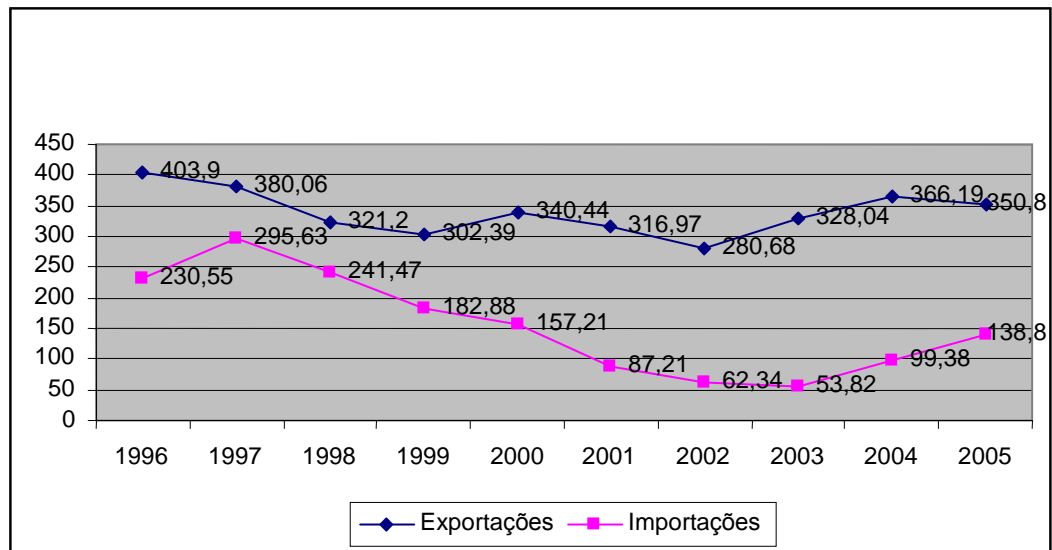
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa cresc. % 1996-2005
Acordo de Livre Comércio da América de Norte-Nafta	27,4	21,2	11,2	4,6	6,2	5,6	4,3	3,7	3,8	5,9	-21,58
Mercado Comum do Sul – Mercosul	98	106,6	92,5	63,5	45,3	16,1	8,2	7,6	18,6	17,9	-30,97
União Européia-UE	12,9	13,5	13	9,2	9,6	8,7	6,1	5,3	8	10	-9,5
Outros	47,5	101	84,4	148,3	77,9	102,2	94,4	33,8	65,7	108,8	-0,07
Total	185,8	242,3	201,1	156,4	139	78,3	57,3	50,4	96,1	138,8	-14,25

Fonte: Secex, Aliceweb (2006)

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Quanto ao mercado regional, o Mercosul é o bloco econômico que mais exporta produtos do setor-têxtil confeccionados para Santa Catarina, em 1996, registra a cifra de US\$ 98 milhões, valor que se eleva para US\$106 milhões no ano seguinte. No período 1998 – 2003, as importações oriundas do Mercosul sofrem uma queda significativa, atingindo o menor patamar em 2003 quando o valor importado é de US\$ 7,6 milhões.

Pode-se visualizar na Tabela 31 que as importações de “outros”, os quais estão inclusos vários países e blocos, têm participação significativa no volume importado para o setor têxtil-vestuário, principalmente China, Taiwan e Índia.



Fonte: Secex, Aliceweb (2006).

Obs.: Dados deflacionados, de acordo com a taxa de inflação americana no período (ano base, 2005).

Gráfico 11. Evolução da importação e exportação catarinense de produtos do setor têxtil-confeccões – 1996-2005
milhões US\$/FOB.

Santa Catarina, desde 1996, apresenta superávits na balança comercial, como pode-se observar na Figura 8, sendo que a variação das exportações no período 1996-2005 é menor que a variação das importações, enquanto as importações apresentam um declínio acentuado a partir de 1997 perdurando até 2003, as exportações, apesar de algumas variações, permanecem estáveis.

4.5 Síntese

As exportações catarinenses de produtos do setor têxtil-confeccionados no período 1996-2005 mostram uma taxa de crescimento negativa, ocorrendo uma queda de 1,04%, sendo que o segmento vestuário e seus acessórios, exceto malhas, é um dos principais responsáveis pela redução ocorrida. Os EUA e a Argentina estão entre os principais compradores dos produtos do setor no Estado, em 2004 e 2005, representam cerca de 40% de nossas exportações. Embora alguns acordos existentes entre os países do Mercosul a taxa média das exportações para o bloco sofre redução, ao mesmo tempo em que a taxa média das exportações para o NAFTA aumenta.

A grande maioria dos produtos exportados pelo setor têxtil-confeccções de Santa Catarina exhibe crescimento do volume (toneladas) exportado, contrastando com a queda significativa da taxa de crescimento do preço médio dos três principais produtos exportados pelo setor no Estado, taxa esta que, no segmento de artefatos têxteis confeccionados e sortidos, chega a - 7,77%, no período 1996-2005.

As importações catarinenses do setor têxtil-confeccções, no período 1996-2005, apresentam uma taxa média de crescimento de -14,25%, derivada principalmente da queda da importação de algodão e vestuários originários dos EUA, Argentina e Paraguai. A taxa de crescimento do preço médio dos três principais produtos importados por Santa Catarina é negativa, indicando uma queda no preço médio dos filamentos e fibras sintéticas no mercado internacional.

5. CONCLUSÃO

A partir da década de 90, a indústria têxtil-confecções apresenta uma aceleração nos processos produtivos, agregando novas tecnologias, matérias-primas e novos processos de beneficiamento e acabamento. Estes fatores possibilitam a utilização de fibras artificiais em maior escala, sendo que, em 1995, o consumo mundial destas ultrapassa o consumo de fibras naturais. Os principais produtores mundiais são China e Índia, que atuam especialmente no segmento de *commodities*, e produtos com menor valor agregado, beneficiando-se principalmente do baixo custo de mão-de-obra. Além da China e Índia, outros importantes produtores, como o México, destacam-se na produção mundial porque servem de lócus para grandes compradores de países desenvolvidos, que aliam a tecnologia com o baixo custo de produção.

Entre os países que mais exportam, a China exportou mais de US\$ 70 bilhões em 2003, e é a maior exportadora mundial do setor têxtil-confecções, seguida pela Itália, com US\$ 28 bilhões, posteriormente aparecem, Alemanha e EUA. Alguns países, como a Itália, não são os maiores produtores, porém sua produção é de alto valor agregado. Os EUA são o maior importador mundial do setor têxtil-confecções, em 2003, são importados US\$ 89 bilhões. Neste contexto, o México e a China são os principais fornecedores do mercado norte-americano, e a Europa é abastecida principalmente pela Turquia e a China.

A abertura comercial que ocorre no Brasil, na década de 90, é marco inicial no processo de reestruturação e modernização da indústria têxtil-confecções. No período 1995-2004, o setor têxtil brasileiro apresenta uma redução de mais de 800 empresas, enquanto o setor de confeccionados registra o incremento de mais de 2000 empresas, no mesmo período. A produção brasileira de têxteis e confecções, em 2004, é de US\$ 39 bilhões, visto que o setor de confecções é responsável, em 2004, pela produção de US\$ 23 bilhões, e o setor têxtil produz US\$ 15 bilhões. Ocorre um acréscimo de quase 500 mil toneladas na produção brasileira no período 1995-2000, indicando um aumento da produção mesmo com a redução do número de empresas. O setor de confecções apresenta um incremento de mais de 900 mil toneladas, correspondentes à produção de 1995-2004, este incremento, está relacionado ao aumento e pulverização das empresas do setor de confecções.

A região Nordeste é a que apresenta o maior crescimento médio na participação percentual da produção de têxteis e confecções, derivado do deslocamento de plantas produtivas de outras regiões, e de investimentos maciços realizados pelo BNDES a partir dos anos 90. O número de empregados da cadeia têxtil-confecções é reduzido em mais de 1 milhão, no período correspondente a 1995-2004, indicando uma profunda mudança na estrutura produtiva do setor, relacionada ao processo de modernização do parque de máquinas e equipamentos.

As importações brasileiras da cadeia têxtil-confecções mostram um crescimento de mais de US\$ 700 milhões, de 1995 a 2004, aumento expressivo derivado da falta de barreiras à importação, e da falta de algodão no mercado nacional. A partir de 1995 até 2000, ocorre redução nas importações, ocasionada pela crise cambial em 1999 e crescimento da produção de algodão em 1997. As exportações brasileiras de têxteis e confecções ultrapassam os US\$ 2 bilhões em 2004, um crescimento significativo se comparado aos US\$ 1,4 bilhões exportados em 1995. Os investimentos no parque fabril são fundamentais, para o desempenho favorável das exportações.

O estado de Santa Catarina exporta, em 2005, cerca de US\$ 350 milhões, sendo que US\$ 188 milhões são originados pelas exportações de artefatos têxteis-confeccionados, e aproximadamente US\$ 120 milhões são oriundos do segmento vestuário e acessórios. O mercado americano é o principal destino das exportações catarinenses, em 2005, mais de 40% dos produtos têxteis-confeccionados são destinados aos EUA. A Argentina e a Alemanha também são importantes compradores do setor têxtil-confecções de Santa Catarina. A taxa de crescimento das exportações, no período 1996-2005, é de -1,04%, o desempenho negativo é gerado, principalmente, pela redução das exportações para a Argentina, Alemanha e Paraguai.

As exportações catarinenses têxtil-confecções, em 1996, são de 28,1 mil toneladas, em 2005, alcançam 41,9 mil toneladas. Porém, em termos gerais, registra-se uma redução percentual média das exportações de -1,04% no valor exportado em US\$ no período 1996 a 2005, posto que ocorre um aumento percentual médio de 3,56 % no volume exportado em mil toneladas no mesmo período. Com isto, conclui-se que o valor pago pelos produtos catarinenses neste período sofreu redução. Esta consideração é confirmada quando se observa que o valor pago pelos artefatos têxteis-confeccionados, em 1996, é de US\$ 10,42

o Kg, em 2005 o valor é de US\$ 6,69 o Kg. O mesmo ocorre com outros produtos do setor têxtil confecções importantes na gama de exportações do Estado.

Dentre os blocos econômicos de destino das exportações catarinenses do setor têxtil-confecções, destaca-se que, em 1996, a UE é o principal comprador, em 1997, o Mercosul é o maior importador dos produtos catarinenses, e a partir de 1998 até 2005, o Nafta é o destino de grande parte das exportações catarinenses.

As importações catarinenses, em 1996, somam US\$ 230 milhões, cerca de US\$ 90 milhões acima dos US\$ 138 milhões importados em 2005. A taxa média de crescimento de 1996 a 2005, é de -14,25%, uma redução causada pela diminuição das importações de algodão e vestuário e seus acessórios. Os principais países exportadores de produtos do setor têxtil-confecções para Santa Catarina em 2005 são China, Argentina e Taiwan, sendo que, de 1996 a 2000, o Paraguai é o principal exportador. Pode-se observar que, ao longo do período, Argentina, Paraguai e EUA perdem espaço no mercado catarinense de têxteis e confeccionados para a China e Taiwan.

Em termos físicos, Santa Catarina importa, em 1996, 72 mil toneladas, em 2005, este montante não ultrapassa as 58 toneladas. No período 1996-2000, o algodão é o principal produto na pauta de importações, a partir de 2000 até 2005, os filamentos sintéticos ou artificiais são os produtos com maior volume de importação no setor têxtil-confecções. Os filamentos sintéticos ou artificiais importados por Santa Catarina sofrem reduções constantes de preços desde 1996, quando o preço é de US\$ 3,66 o Kg, em 2005, o valor cai para US\$ 0,99 o Kg.

Pode-se concluir que o setor exportador catarinense, no período 1996-2005, não sofre grandes alterações no conjunto de suas exportações, estas se mantêm estáveis e as importações são reduzidas ao longo do período. Verifica-se uma redução nos preços dos produtos exportados e importados, mostrando um maior acirramento da concorrência internacional, e um indicativo de que a modernização do parque produtivo e a redução de custos de produção são fundamentais para a concorrência nos mercados internacionais.

6. REFERÊNCIAS

AVERBUG, A. (1998). Mercosul: conjuntura e perspectivas. Revista do BNDES, n. 10. Rio de Janeiro: BNDES.

BARBOSA, Laércio. CARIO, Silvio A.F. (orgs.)PADRÃO produtivo e dinâmica econômica competitiva : estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC - Centro Sócio-Econômico, 2001. 198p.

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BRANDÃO, A.S.P, PEREIRA, L.V., SILVA, C.R.L. Mercosul: perspectivas da integração. Editora FGV, 1996.

CARVALHO, M.A. Economia Internacional / Maria Auxiliadora de Carvalho, César Roberto Leite da Silva. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAVES, R.E. Economia internacional: comércio e transações globais / Richard E. Caves, Jeffrey A. Frankel, Ronald W. Jones. São Paulo: Saraiva, 2001

CASTILHO, M. R. O sistema de preferências comerciais da União Européia. 2000. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0742.pdf>, acesso em 15.11.06.

COUTINHO, L, FERRAZ, J.C.(coords.) Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas ,Unicamp: 1994

COUTINHO, L. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

D'ARCY F. União Européia: Instituições políticas e desafios. Rio de Janeiro, 2002.

ELLSWORTH, P. T. Economia internacional . São Paulo, Atlas, 1978.

FLEURY, A., FLEURY, M. T. A competitividade das cadeias produtivas da indústria têxtil baseadas em fibras químicas. Fundação Vanzolini, 2001

GONÇALVES, R. (1999) Globalização e desnacionalização. Paz e terra, São Paulo.

GONÇALVES, BAUMANN, PRADO, CANUTO. A nova economia internacional: Uma perspectiva brasileira: Rio de Janeiro:Campus, 1998.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. BNDES Setorial. Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50 set. 2000.

GORINI, Ana Paula Fontenelle, SIQUEIRA, Sandra Helena. Complexo Têxtil Brasileiro. BNDES Setorial. Novembro de 1997.

GUJARATI, Damodar. Econometria básica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 812p.

IEMI.Brasil têxtil – Relatório do setor têxtil brasileiro. 2005.

KRUGMAN, P. M Obstfeld - 2001 - Sao Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda

KUPFER, D. Padrão de concorrência e competitividade . Rio de Janeiro.IEI/UFRJ, nov.1991. Texto para discussão nº 265.

LERDA, J.C. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

LUPATINI, M.. Relatório Setorial Preliminar. Setor:Têxtil e Vestuário. Janeiro de 2004.

LINS, Hoyedo Nunes. Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. 304p

MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior – São Paulo: Atlas, 2001.

MARCHIORI, F. Duas variantes de uma mesma abordagem: A relação ASEAN-APEC. Disponível em: <<http://www.asiapacifico.com>>

MASSUDA, E. M. Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999), 2002.Disponível em:http://www.ppg.uem.br/Docs/ctf/Humanas/2002/27_298_01_Ely%20Massuda_Transformacoes%20recentes.pdf

MELLO, F. de C. "O Mercosul e a Alca". In: ALBUQUERQUE, J.A.G. e OLIVEIRA, H.A. de (orgs.). Relações internacionais e sua construção jurídica: a Alca e os blocos internacionais. São Paulo, FTD, 1998.

MENDES, S.M.F. As novas formas de organização industrial surgidas no período recente no complexo têxtil-vestuário e suas implicações para o terceiro mundo. 2004.

PROCHNIK, V. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. MIDC, 2002

RÊGO, E.L.L. O processo de constituição do Mercosul. Rio de Janeiro: BNDES, 1995 (texto para discussão, 23)

UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas. Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: têxtil e confecções. Campinas, dezembro de 2002.

VIZENTINI, P.G.F. Tensões e desafios da cooperação regional na Ásia Oriental. 1998.

